

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

VERONICA CRISTINA MIRANDA LEITE

O DALAI LAMA: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

**Da colaboração ao rompimento com a República Popular da China e a projeção
internacional**

CUIABÁ – MATO GROSSO

2023

VERONICA CRISTINA MIRANDA LEITE

O DALAI LAMA: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Da colaboração ao rompimento com a República Popular da China e a projeção internacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Bruno Pinheiro Rodrigues

CUIABÁ – MATO GROSSO

2023

RESUMO

Esta pesquisa se enquadra no campo da História Política e seu objetivo é remontar a “jornada política” do 14º Dalai Lama, Tenzin Gyatso (1938-) através da análise de sua autobiografia publicada originalmente em 1990, diretamente em língua inglesa, onde o líder espiritual retrata sua infância desde o nascimento, sua ascensão e queda do poder no Estado tibetano e sua vida subsequente, atuando junto ao governo no exílio tibetano, indo até o fim dos anos 1980. Através dessa autobiografia, esta monografia trará o contexto histórico, social e político do Tibete durante os anos relatados pelo Dalai Lama, além de suas motivações políticas, o quadro geopolítico em que se encontra e suas relações com diferentes *players* do cenário global, por uma perspectiva crítica.

Palavras-Chave: História Política; Dalai Lama; Tibete; Jornada Política

ABSTRACT

This research falls within the field of Political History and its objective is to retrace the “political journey” of the 14th Dalai Lama, Tenzin Gyatso (1938-) through the analysis of his autobiography originally published in 1990, directly in English, where the spiritual leader portrays his childhood from birth, his rise and fall from power in the Tibetan State and his subsequent life, working with the Tibetan government in exile, going until the end of the 1980s. Through this autobiography, this monograph involves the historical, social context and political life of Tibet during the years reported by the Dalai Lama, in addition to his political motivations, the geopolitical framework in which he finds himself and his relationships with different actors on the global stage, from a critical perspective.

Keywords: Political History; Dalai Lama; Tibet; Political Journey

Sumário

Introdução.....	5
Capítulo 1: Considerações teórico-metodológicas sobre a autobiografia, microhistória e orientalismo.....	6
Capítulo 2: Panorama geral da história, geografia e sociedade tibetana e das relações sino-tibetanas	11
Capítulo 3. A jornada política do regime lamaísta e do 14º Dalai Lama: Uma análise crítica da perspectiva do relato autobiográfico Freedom in Exile.....	20
3.1. Tempos de Reinado (1938-1951).....	20
3.2. Tempos de Contradição (1951-1959).....	27
3.3. Tempos de Oposição (1959-2023).....	36
3.3.1. Relações com a Índia.....	37
3.3.2. Negociações com a China.....	39
3.3.3. Atuação internacional da ACT e do Dalai Lama no Ocidente e a estratégia multifacetada anti-China dos Estados Unidos.....	42
4.Considerações finais.....	48
5.Referências:.....	51

Introdução

Neste estudo utilizei como minha fonte principal a autobiografia *Freedom in Exile: The Autobiography of the Dalai Lama*, escrita pelo 14º Dalai Lama Tenzin Gyatso (1935), antigo e ainda pretendo líder temporal do Tibete e líder religioso do budismo tibetano. O *Seventeen Point Agreement* e o *Uyghur Forced Labour Prevention Act* serviram de fontes secundárias.

A partir dessa autobiografia procuro identificar e analisar a trajetória, o discurso e a práxis políticas do Dalai Lama, submetendo à crítica as motivações dadas pelo líder tibetano para sua, à princípio, colaboração e posterior rompimento com a República Popular da China que vai torná-lo atualmente uma das vozes de oposição ao modelo socialista chinês, uma voz que se alinha ocasionalmente ao antagonismo dos Estados Unidos da América quanto a China Popular, possuindo enquanto figura política e espiritual uma aderência e respeitabilidade notáveis no chamado “mundo ocidental”.

O Dalai Lama tece inúmeras críticas a China Continental, contando entre elas acusações de o governo chinês ser um violador de direitos humanos, uma ditadura totalitária que cerceia direitos político, que promove uma política de genocídio que persegue a cultura, religião e linguagem tibetanas, também promovendo uma política de migração que levou chineses de diversas etnias para habitarem o Tibete, transformando os tibetanos em uma minoria em seu próprio país, e é nesses temas que o monarca aborda e como esses posicionamentos o aproximam dos E.U.A e do “ocidente” que pretendo focar a minha análise.

Como referencial teórico para analisar a autobiografia, usarei: *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* de Edward Said; *A Ilusão Biográfica* de Pierre Bourdieu; *A Micro-História e Outros Ensaio*s de Carlo Ginzburg; e o livro *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise*, organizado por Jacques Revel.

Capítulo 1: Considerações teórico-metodológicas sobre a autobiografia, microhistória e orientalismo

Antes de chegar à análise propriamente dita, escolhi escrever uma seção da monografia para explicar a metodologia empregada e o arcabouço teórico utilizado, o que na minha opinião deve ficar muito claro para o leitor por diversas razões, como o fato de este ser um tema pouco estudado no Brasil e que precisa de muita contextualização historiográfica, mas como não me proponho a contar de forma ampla a longa história do Tibete, mas sim proponho um recorte, é importante explicar o porque de se fazer um recorte, porque esse recorte em específico e a consequência mais óbvia dessas escolhas, o fato de que muito da história tibetana será deixada de lado em prol daquilo que serve para contextualizar o que chamei de “a jornada política do Dalai Lama”, portanto momentos históricos mais recentes, principalmente do século XX, serão privilegiados, e momentos mais antigos serão tratados de forma mais geral como uma forma de introduzir o tão desconhecido Tibete para os leitores.

Outra razão que justifica a existência dessa seção teórico-metodológica é o fato de que selecionei uma fonte delicada de se trabalhar, uma autobiografia, material que serviu e ainda serve como fonte de muitas discussões historiográficas, mas que considero uma escolha válida pelo simples fato de me permitir acompanhar de perto a figura central da monografia, o 14º Dalai Lama, e suas opiniões e visões políticas sobre o que acredito ser o acontecimento mais marcante de sua vida, mais ainda que seu entroncamento, a sua de fato destituição, sendo essa vontade de proximidade que me levou a escolher o método da micro-história.

A microhistória surgiu entre as décadas de 1970 e 1980 na Itália, surgindo como uma inovação metodológica na História, trazendo influências das ciências sociais e da filosofia, um método que procura se utilizar de situações consideradas de menor importância, as marginalizadas pela historiografia, e através da análise documental que reconta relações sociais mais localizadas e cotidianas pode-se pintar um cenário maior onde esse cenário micro estava inserido.

Carlo Ginzburg é o historiador mais reconhecido quando falamos em microhistória, tendo escrito a obra mais famosa do meio, *O Queijo e os Vermes*, uma obra que nos traz uma grande contribuição metodológica, mas também uma outra que procuro repetir nesta monografia. Ao nos apresentar a figura de Menocchio, Ginzburg nos ajuda a quebrar com a percepção muito comum de que a Inquisição era uma instituição tão prevalente que não possuía oposição e que os perseguidos pelos inquisidores não tinham opção que não fosse se esconderem e se misturarem as “pessoas normais”, os “bons filhos de Deus”, ou se tornarem vítimas torturadas e queimadas em praça pública. Ao menos enquanto estudante, seja no ensino básico, médio e até em boa parte do ensino superior, essa foi a minha visão da Inquisição e também pelo que sempre me pareceu, a visão do senso comum.

No entanto Ginzburg nos traz uma personagem inesperada, um moleiro católico, parte do que poderíamos chamar de uma classe média medieval, alguém bem quisto, longe de ser uma figura marginal, e mesmo assim encontramos indícios de que Menocchio teria apresentado ideias religiosas dissonantes do cânone católico e se contrapôs aos inquisidores ao ser questionado, uma figura que quebra com a ideia de uma Inquisição hegemônica e imbatível, uma nova perspectiva sobre uma parte da história marcada no senso comum de forma monolítica, assim como é o Tibete e o atual Dalai Lama para grande parte do mundo, tudo isso tirado por Carlo Ginzburg das linhas dos processos contra Menocchio.

O micro serve como fio condutor ao macro, indivíduos não estão descolados das coletividades, pequenas coletividades não estão desassociadas de grandes coletividades e a análise que nasce desse método compreende diversas escalas as quais um recorte temporal e temático pode ser submetido, permitindo uma análise ampla mesmo à partir de uma fonte autobiográfica.

O lugar da biografia na História é um debate que perpassa os milênios e mesmo não se sabendo quando começou, podemos encontrar discussões sobre o tema até no período helênico clássico com a defesa de Políbio por uma distinção entre história e biografia, entre o estudo das questões amplas, das estruturas e a contação (por vezes dramática segundo Políbio) da história de uma figura individual. A visão de Políbio de que a História deveria buscar a “verdade” e se afastar das narrativas poéticas das vidas dos homens não foi predominante na sua época e nem em épocas posteriores, como na Idade Média e na Idade Moderna onde o estilo biográfico de se escrever a história era considerado perfeitamente adequado, já que a historiografia (e outros conhecimentos) dava grande enfoque às características pessoais dos “grandes homens” como sua personalidade, as decisões que tomavam e até sua aparência:

No século XVII, Thomas Stanley, o célebre filólogo admirado por sua edição crítica das tragédias de Ésquilo, definia a biografia dos legisladores, das grandes figuras militares e dos sábios como a expressão mais completa da história. Que o destino dos homens ilustres permitia compreender as escolhas de uma nação era uma opinião largamente compartilhada ainda no século XVIII (LORIGA, 1996, p.229)

Já no século XX, críticas como a de Pierre Bourdieu ao uso de biografias na historiografia foram formuladas, chamando-a de “uma ilusão característica do senso comum”. Como disse Bourdieu em *A Ilusão Biográfica*:

[...] o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU, 1996, p.184)

Em outras palavras o relato, biográfico ou autobiográfico, busca contar uma “história de vida” ao dar uma coerência narrativa aos acontecimentos relatados, mesmo que esses acontecimentos na realidade não tenham se dado na ordem cronológica narrada e nem tenham esse aspecto de causa e efeito ou de um fim (no sentido de final e de finalidade), de um acontecimento que culminou em outro e traçou um curso na vida de alguém. Tudo isso baseado no pressuposto do senso comum de que a vida é uma história:

É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas [...] seus ardis, até mesmo suas emboscadas [...] ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, [...] que tem um começo ("uma estréia na vida"), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade, [...] um fim da história” (Bourdieu, 1996, p.183)

Ao trabalhar uma biografia todo historiador deve se atentar para essa armadilha, na historiografia não podemos retratar uma vida como uma série sucessiva de acontecimentos que têm em comum um mesmo sujeito. Devemos analisar a trajetória em conjunto com o contexto espaço-temporal em que ela acontece e sem ignorar a influência de outros indivíduos ou grupos presentes.

Também é de suma importância ao tratar da história de um indivíduo, ainda mais ao usar como fonte os relatos escritos pelo próprio sujeito, não incorrer no erro de tratar a História apenas como uma “história do relato”, pois o trabalho do historiador não é apenas descritivo mas sim de natureza crítica:

Isto é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos, *Geschichte*, que está implícita numa filosofia da história no sentido de relato histórico, *Historie*, em suma, numa teoria do relato, relato de historiador ou romancista, indiscerníveis sob esse aspecto, notadamente biografia ou autobiografia. (Bourdieu, 1996, p.183-184)

A biografia (ou nesse caso, autobiografia) e seu sujeito (aqui sendo o 14º Dalai Lama) serve como um centro de gravidade que permitirá ligar os fios que conectam os diversos contextos sociais e escalas macro e micro históricas exploradas neste estudo, o que eu assumo que seja uma abordagem convidativa para o recorte proposto. Citando Carlo Ginzburg em *A Micro-História e Outros Ensaios*: “Não é arriscado supor que a voga crescente de reconstituições micro-históricas esteja ligada às dúvidas crescentes sobre determinados processos macro-históricos.”¹

E é exatamente isso que está sendo proposto, um olhar mais aprofundado num assunto muito pouco conhecido e estudado no Brasil, um vazio historiográfico para nós, que costumamos ter acesso

¹ Carlo Ginzburg em *A Microhistória e Outros Ensaios*, 1989, p.172

ao Oriente através do que é construído sobre ele, daquele olhar exotizado e superficial que chega até nós pela mídia, a internet, o audiovisual e as produções acadêmicas, sendo que em sua maioria esses meios são muito permeados pelo orientalismo nascido e criado na lógica eurocêntrica e portanto servindo muito mais como uma representação do “outro” do que um retrato fidedigno das sociedades asiáticas.

Edward Wadie Said (1935-2003), um cidadão palestino-americano e professor de literatura na Universidade de Columbia, publicou em 1978 a obra “Orientalism” onde teoriza sobre o arcabouço de pré-concepções e percepções criadas pelas “sociedades ocidentais” sobre o “Oriente”, a região do mundo que não era o “Ocidente” e portanto figurava como um “Outro” exótico e perigoso, mais civilizado do que a África e as Américas, mas ainda sim subdesenvolvido e passível de ser “desbravado e domado” pelo homem-branco.

Como é de se esperar esse conjunto de visões era (e ainda é) criado no seio das sociedades ocidentais, difundido através de sua influência cultural e intelectual historicamente calcada na imposição pela violência ou pressão econômica, passando por fim por um processo de naturalização dessa ideologia até um ponto que a própria noção de que se trata de uma visão parcial de mundo se perca, se impondo então como uma “verdade”.

O que Said estuda em seu livro “*Orientalism*” e que será de extrema valia para analisar o Tibete num cenário global, é a formação histórica e a consolidação cultural e intelectual do orientalismo advinda do Colonialismo e Imperialismo europeus, o seu processo de configuração (como falei no parágrafo logo acima) e a sua presença massiva em diversos setores sociais, como nas artes, na Academia, no senso comum e na política, tudo isso ressaltando que este orientalismo não é natural e sim construído. Como coloca Said:

O Orientalismo é postulado sobre a exterioridade, isto é, sobre o fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz o Oriente falar, descreve o Oriente, esclarece os seus mistérios por e para o Ocidente. Ele nunca está preocupado com o Oriente exceto como causa primeira do que diz. O que ele diz e escreve, em virtude do fato de ser dito ou escrito, pretende indicar que o orientalista está fora do Oriente, não só como um fato existencial, mas também moral. O produto principal dessa exterioridade é certamente a representação... (SAID, 1978, p.50)

Essa realidade ao se refletir no mundo acadêmico brasileiro ocasiona uma baixíssima produção intelectual sobre o continente asiático e uma igualmente baixa disponibilidade de fontes e bibliografias, um cenário diferente do mundo anglófono que dispõe de muito mais material acessível, tanto de autores anglófonos quanto autores asiáticos de diversas culturas que têm seus trabalhos publicados e traduzidos em países como Reino Unido e Estados Unidos, sendo que quando um desses títulos chega ao Brasil em português, não costuma ser por uma ligação entre a academia brasileira e as academias asiáticas, mas sim por ter sido muito consumido na Europa ou nos Estados Unidos e por

intermédio do norte global chega para nós, e por essa razão a maioria dos materiais bibliográficos que embasam esta monografia estão em inglês.

No entanto é importante ressaltar que existem intelectuais brasileiros nos dias atuais que pesquisam e escrevem sobre a Ásia, como o geógrafo e economista Elias Jabbour, autor de livros como *China: o Socialismo do Século XXI*² e *China: Socialismo e Desenvolvimento*, ambos tratando do Socialismo com características chinesas, suas relações com o capitalismo mundial e o desenvolvimento econômico da República Popular da China.

Outro exemplo de um engajamento pequeno mas crescente de pesquisadores brasileiros pelos estudos de Ásia é a historiadora Monique Sochaczewski Goldfeld, historiadora de Oriente Médio, em especial da história da Turquia, atuando também no campo das relações internacionais entre o Brasil e o Oriente Médio, sendo autora do livro *Trópicos Orientais, Orientes Tropicais: Reflexões sobre o Brasil e o Oriente Médio*, uma obra dedicada a explorar a diversidade cultural, étnica e religiosa presente no Oriente Médio e suas influências no Brasil através de suas diásporas, temas pouco comentados no Brasil.

É no intuito de se opor às representações orientalistas e de aprofundar e complexificar um debate que no “ocidente” é superficial e unilateral, vítima uma estrutura de hegemonia ideológica ocidental que esvazia a discussão, à exemplo dos autores citados logo acima e de tantos outros pesquisadores brasileiros que buscam se inserir em debates tão importantes e tão marginalizados nas ciências humanas no Brasil, que este estudo é elaborado.

² Este livro foi escrito em conjunto com o economista Alberto Gabriele.

Capítulo 2: Panorama geral da história, geografia e sociedade tibetana e das relações sino-tibetanas

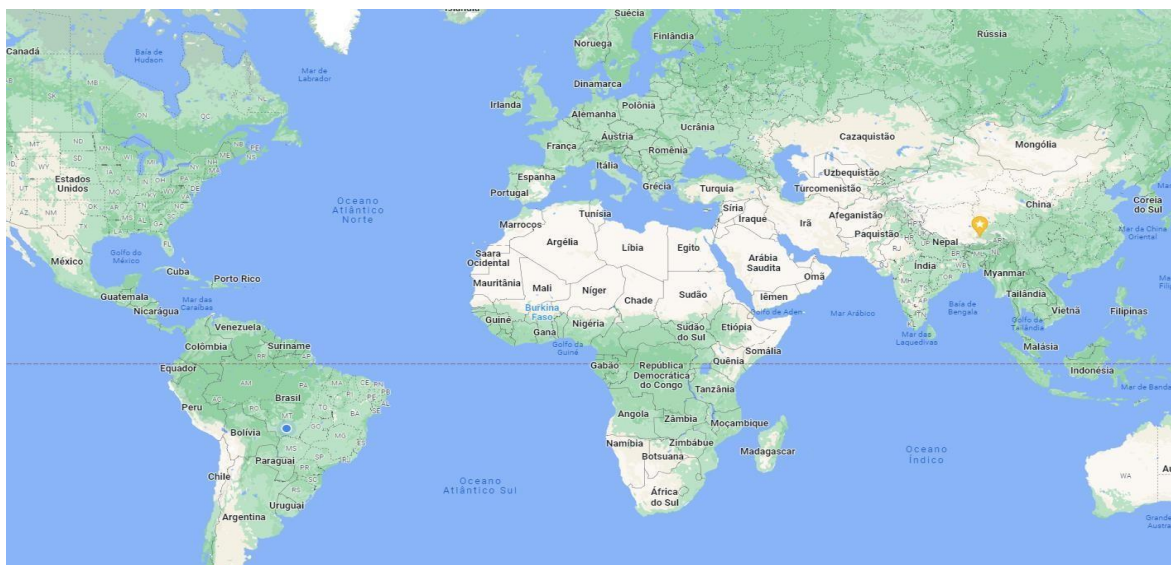
Nesta seção exponho algumas informações gerais sobre a geografia da região tibetana, introduzindo um resumo de suas origens e sua história, destacando alguns momentos marcantes e o contexto das relações milenares entre o que reconhecemos como China e Tibete ao longo das eras.

O Platô Tibetano possui cerca de 2.200.000 metros quadrados, sendo cercado ao sul pelas montanhas do Himalaia e em todas as outras regiões por montanhas e cadeias montanhosas como Karakoram, Kunlun, Nanshan, Bayan-Khara-ula e os Alpes de Sichuan, abrigando as nascentes de rios como o Indo e o Yangtze, cerca de 30% da água doce da China se origina no Tibete (KUZMIN, 2010, p.1)

Atualmente o que chamamos de Tibete compõe dentro da organização político-administrativa da República Popular da China a Região Autônoma do Tibete, uma das províncias mais ocidentais em conjunto com a Região Autônoma de Xinjiang, que faz divisa com o Tibete assim como as províncias de Qinghai, Sichuan e Yunnan.

No âmbito internacional, a região tibetana serve como fronteira entre a China, o Nepal e a Índia, uma relação considerada tensa por questionamentos entre o lado indiano e o lado chinês sobre a divisão de fronteira e também por tensões sobre a Caxemira, atualmente dividida entre paquistaneses, indianos e chineses.

Figura 1: Localização do Tibete no mapa mundi marcado com um ponto em amarelo com uma estrela branca no meio e localização do estado de Mato Grosso (Brasil) marcado com um ponto azul para comparação da distância



Fonte: Google Maps, 2023

[illegible]

Fonte: Google Maps, 2023

Recentemente, em 2022, aconteceu um confronto entre tropas do Exército Indiano e o Exército de Libertação Popular (chinês), cuja causa não foi relatada. Graças a questões fronteiriças mal resolvidas após a breve Guerra Sino-Indiana (1962) que durou em torno de um mês, mas que repercutiu até hoje, tendo como melhor exemplo os conflitos entre soldados de ambos os lados que aconteceram várias vezes, havendo até mesmo relatos de confrontos que ocorreram com o uso de pedras como arma.

Apesar de apenas uma divisão administrativa da China ser denominada como Tibete, o território que formava o reinado lamaísta era maior do que a atual Região Autônoma do Tibete, sendo o território tradicionalmente dividido em três regiões: U-Tsang mais ao oeste, o coração do reinado onde a capital Lhasa se encontrava; Amdo à nordeste; e Kham à sudeste.

Após a tomada do Tibete em 1950 o território foi dividido, de modo que U-Tsang e partes de Kham se tornaram a Região Autônoma, enquanto Amdo e a parte mais a leste de Kham foram divididas entre as províncias de Qinghai, Yunnan e Sichuan, dando origem a diversas Prefeituras Autônomas dentro da jurisdição dessas províncias, como a Prefeitura Tibetana Autônoma de Diqing (Yunnan) e a Prefeitura Tibetana Autônoma de Garzê (Sichuan).

Ao todo a área que corresponde ao antigo estado lamaísta soma 3.800.000 quilômetros quadrados de montanhas, rios, florestas, planícies e vales férteis, permitindo uma diversidade econômica e comercial bastante dinâmica e uma variedade de modos de vida, com populações sedentárias e nômades vivendo na região considerada como a terra de origem do povo tibetano e

outrora, o centro do mundo, um exemplo de como os tibetanos são uma etnia à parte, detentora de história, língua, cultura e identidade próprias.

As relações tributárias que o Reino Médio estabelecia com seus vizinhos, uma ideologia e política diplomática que reconhecia a China como o centro do mundo (politicamente e cosmologicamente), portanto o relacionamento entre o imperador chinês (seja de qualquer dinastia) e os demais governantes dos estados tributários nunca era considerado igualitário, porém a influência que o império chinês exercia em outros reinos varia de acordo com o reino em si (cada relação tinha suas particularidades), o período e a dinastia que estava no poder e a forma que era exercido, seja através de influência econômica, sendo o Reino Médio a principal economia da região por milênios, intervenção e ocupação militar ou influência diplomática, principalmente à partir de relações matrimoniais, sendo o cerimonialismo e o simbolismo muito presentes nessas relações tributárias, uma característica presente nas relações internacionais contemporâneas, é claro, dadas as devidas proporções.

Um dos pontos de maior discordância entre o governo tibetano no exílio e seus apoiadores e a República Popular da China e seus defensores é a questão de se o Tibete fez ou não parte da China e portanto, se o Tibete é legitimamente território chinês. A parte chinesa alega que o Tibete fez parte do império chinês por muito tempo e qualquer ruptura que tenha existido foi breve, e por outro lado, o 14º Dalai Lama e seus apoiadores alegam que o Tibete nunca foi parte integral da China e que as relações entre ambas as forças sempre foi de caráter patronal religioso entre os Lamas e os imperadores, nunca de submissão ou vassalagem. Fato é que as relações tributárias entre Tibete e China existiram e a influência e o controle exercido pelo Reino Médio sobre a nação tibetana variou com o tempo, de dinastia para dinastia.

Existe controvérsia em relação às origens do Tibete enquanto uma entidade política já que a história tibetana é milenar e os indícios históricos se confundem com os mitos de fundação, como a lenda do Bodhisattva que se casou com uma mulher-demônio e deu origem aos tibetanos.³

O que sabemos é que na Antiguidade a região era dominada por clãs familiares detentores de terra e reinos menores que teriam sido unificados ao longo de muitas guerras pela dinastia Yarlung, unificação essa que teria ocorrido por volta de 570-620 d.C. (KUZMIN, 2010, p.10)

Os monarcas tibetanos da época mantinham uma ligação estreita com a religião, na época sendo o Bon, a religião nativa do Tibete, a crença dominante, uma relação que podemos ver muito

³ “De acordo com essa lenda, o antigo Tibete era habitado apenas por demônios. Para popular o país com pessoas e fazê-lo um esteio dos ensinamentos de Buda, Bodhisattva Avalokiteshvara (em outras versões, seu discípulo) tomou a forma de um símio e desposou uma das mulheres-demônio. Esse casamento teria dado origem aos tibetanos” (KUZMIN, 2010, p.5)

(É importante ressaltar que esse mito nasceu em uma época onde a ideia de raça e o processo de racialização de pessoas não-brancas perpetrado pelos europeus através da comparação de comportamentos e características fenotípicas com animais, de forma completamente equivocada e baseada em pseudo-ciência, ainda não existiam)

bem representada na lenda do rei Nyatri Tsenpo, fundador da dinastia Yarlung, presente no livro *Hidden Tibet: History of Independence and Occupation*, do autor russo Sergius L. Kuzmin:

De acordo com a lenda, Nyatri Tsenpo desceu das escadarias do céu. Ele era muito diferente das pessoas comuns: suas pálpebras eram como de um pássaro, suas sobrancelhas eram feitas de turquesas, ele tinha o bigode de um tigre, dentes que pareciam conchas brancas, membranas entre os dedos e dedos de uma ave aquática. [...] Quando o rei se sentou no trono ele tinha um sacerdote Bon à sua direita e um ministro à sua esquerda. Ambos participavam do governo. (KUZMIN, 2010, p.18)

Não é possível afirmar que existe uma ligação direta, mas é possível notar uma semelhança entre esse sistema da dinastia Yarlung e o sistema de governo implementado pelos Lamas onde qualquer posição do governo, desde o cargo de primeiro-ministro abaixo, seria ocupada dualmente por um sacerdote budista e um membro secular da aristocracia, sinal de que a religiosidade sempre foi muito importante na cultura tibetana, inclusive na cultura política, até o Tibete passar a ser governado pela República Popular da China, um regime profundamente laico.

No século VII, o budismo estava crescendo em adeptos e influência, mas ainda não tinha se consolidado como religião dominante. Em meados do século conflitos religiosos entre budistas e seguidores do Bon e uma guerra de sucessão levaram ao esfacelamento do reino tibetano que se tornou palco de disputas entre a dinastia Tang e o império tangut, que conquistou alguns territórios ao norte, mas não todo o platô.

Com a ascensão do império mongol no século XII, principalmente com o reinado de Kublai Khan (1215-1294), quinto Grande Khan dos mongóis e fundador da dinastia Yuan, a casa imperial que governou a China até mesmo após a divisão dos domínios de Gengis Khan em unidades políticas menores, a influência do Reino Médio (conquistado pelos mongóis) sobre os pequenos reinos tibetanos cresceu. Essa relação entre os Yuan e os tibetanos tinha conotações tanto políticas quanto religiosas, que acarretou em um domínio indireto dos sino-mongóis sobre o Tibete e em uma proximidade entre os imperadores e os veneráveis sacerdotes, os Sakya Lama, motivada pela conversão dos Yuan ao budismo⁴, o que consolidou a influência dos mosteiros junto às elites governantes tibetanas e preservou a autonomia local, mesmo que submetida militarmente, já que o Grande Khan apontava os governadores militares que faziam a defesa das províncias tibetanas, além do governador-geral de todo o Tibete, em conluio com os Sakya Lama.

⁴ Anteriormente a religião mais praticada entre os mongóis é uma religião animista chamada de tengriismo, cuja principal divindade era Tengri, o Pai Céu. BEZERTINOV, Rafael. Tengrianism: Religion of Turks and Mongols

Com a derrubada do regime Yuan e a ascensão de uma dinastia etnicamente Han, a dinastia Ming (1368-1644), os governadores militares do Tibete começaram a guerrear entre si pelo controle do território, o que levou a fundação da Phamo-drupa, pelas mãos de Changchub Gyaltsen, cujos descendentes passaram quase um século tentando consolidar seu domínio sobre todo o país. Os conflitos entre os senhores de terras e os reis ocasionais duraram cerca de 150 anos.

O estado das relações tributárias ou patronais entre as autoridades seculares e religiosas tibetanas e a corte Ming se tornaram erráticas nesse período devido a instabilidade política que dividia o país, existindo uma controversa quanto a se é possível afirmar que houve uma incidência política da dinastia Ming sobre os reinos tibetanos menores. Nessa época os Dalai Lama começaram a crescer em influência, agindo como mediadores de conflitos e líderes de mosteiros, como o 3º Dalai Lama Sonam Gyatso, líder do mosteiro Drepung e um renomado diplomata da região.

O estado de rompimento durou por um bom tempo ao longo da dinastia Qing, de etnia Manchu, que depôs a dinastia Ming em 1644, se tornando a mais recente e última dinastia imperial da China, caracterizada por ser muito mais intervencionista nos assuntos do Tibete que sua predecessora, o que não significou a extinção da autonomia tibetana.

Com o entroncamento de uma dinastia etnicamente han, muitos membros da elite mongol Yuan foram expulsos das províncias centrais (embora alguns tenham sido assimilados pelos Ming), tendo retornado para o norte, para o que hoje, aproximadamente, são a independente República da Mongólia e a Região Autônoma da Mongólia Interior da República Popular, onde outros agrupamentos ainda habitavam e outros chefes mongóis ainda lideravam. Ao longo dos séculos o contato entre mongóis e tibetanos permitiu que o budismo tibetano se fizesse dominante entre o povo da Mongólia, o que levou ao envolvimento de muitos chefes mongóis nos conflitos internos tibetanos, até mesmo em lados opostos nas guerras, como aconteceu em 1637.

No século XVII duas correntes do budismo tibetano se tornaram dominantes no Tibete e protagonistas de um impasse na guerra, os gelugpa e os karmapa. Na década de 1630 os gelugpa se aliaram às nações mongóis zunghar e chahar, enquanto a monarquia Tsangpa e o secto karmapa procuraram os chogtu, que enviaram o príncipe Aرسالang para comandar as tropas aliadas, porém Aرسالang traiu o rei Tsangpa após uma reunião secreta com uma outra liderança nômade aliada dos gelugpa, Gushri Khan, chefe dos qosot, uma nação qirat. Aرسالang invade Lhasa e se alia aos gelugpa, sendo nomeado pelo 5º Dalai Lama como o “protetor da fé” e cementado o domínio do regime gelugpa e do Dalai Lama sobre o Tibete, um arranjo de poder que vai durar até 1950 com tomada do território tibetano pelo Exército de Libertação Popular chines e a assinatura do Acordo dos 17 Pontos para a Libertação Pacífica do Tibete em 1951.

A monarquia Qing, governada pelo imperador Pu Yi (1906-1967) cai em definitivo com a Revolução de 1911 e a República da China é instaurada, sob a presidência provisória de Sun Yat Sen.

Desde o início do período republicano as novas forças governantes já tinham a incorporação do Tibete sob um regime de autonomia parcial como projeto.

Do lado tibetano, as relações com a China e com as autoridades militares chinesas estacionadas em Lhasa foram um ponto de disputa interna entre partidários à favor da presença chinesa e contra, uma disputa que chegou a tomar proporções violentas, sendo vencida rapidamente pela facção que via a queda da dinastia Qing como uma oportunidade para aumentar sua autonomia. Ao final dessa breve disputa a maior parte das tropas chinesas foram mandadas embora em um acordo com o governo republicano e o Amban (uma espécie de governador militar e residente-geral) teve sua influência reduzida, até a abolição do cargo pelo governo republicano. Posteriormente Yuan Shikai declara o fim do sistema de vassalagem entre a China e o Tibete, a Mongólia e o Turquestão, determinando a anexação dessas regiões enquanto províncias ordinárias da República da China e uma operação militar nesses países para garantir a anexação, que foi barrada por intervenção diplomática da Grã-Bretanha, que ameaçou não reconhecer o regime republicano como legítimo. É natural que os britânicos não quisessem que a influência da China se estendesse até os himalaias, já que à época o Raj Britânico ainda dominava a Índia. Ao fim um acordo foi assinado em 1913 na cidade de Ulaanbaatar, capital da Mongólia, que declarava a independência da Mongólia e do Tibete, o que o governo republicano não teve força de contrariar.

O regime republicano herdou uma conjuntura de instabilidade da dinastia Qing, que passou pelo chamado “Século das Humilhações” onde a China sofreu sucessivas derrotas e intervenções como a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) e a Segunda (1856-1860), as perdas territoriais para a Grã-Bretanha, Alemanha, Estados Unidos e França, os tratados desiguais, a derrota na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a Guerra dos Boxers (1899-1901), alguns de vários outros adventos que minaram o império chinês e sua sucessora, a República da China, se mostrou igualmente instável.⁵ Sun Yat Sen abdicou da presidência precocemente por disputas internas no governo e foi para o exílio e seu sucessor, Yuan Shikai, mesmo tendo ajudado a derrubar a dinastia Qing, era um monarquista que deu um autogolpe e se declarou imperador Hongxian, mas foi derrubado em menos de um ano, o que levou a um enfraquecimento ainda maior do governo central e o fortalecimento de senhores da guerra locais, tudo isso num caldeirão de conflitos sociais, numa sociedade em rápida mudança com a industrialização e em profunda crise política, social e econômica, que logo pioraria com a invasão japonesa e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), portanto não é surpreendente que ao Tibete não tenha sido um ponto de foco da China nessa época, principalmente após a morte de Yuan Shikai.

⁵ Para se aprofundar na temática do Século das Humilhações, recomendo a leitura do livro *The Cambridge History of China, Volume 11, Late Ch'ing, 1800-1911, Part.1 & Part.2*, editado por John K. Fairbank e Kwang-Ching Liu

O Tibete que foi derrubado em 1950 era o Tibete governado pelo Dalai Lama, tanto monarca quanto suprema autoridade religiosa do secto budista gelugpa, selecionado através do processo de identificação de reencarnações, uma série de procedimentos religiosos que determinam que é a reencarnação atual do Dalai Lama anterior, algo que levou a coroação de Dalai Lamas ainda crianças e a instituição de muitas regências, como é o caso do nosso objeto de estudo, o 14º e atual Dalai Lama. Esse governo teocrático se organizava de forma dual, com os braços seculares e religiosos do Estado lamaísta trabalhando em condições de igualdade. Nessa sociedade as classes clerical e aristocrática eram favorecidas, sendo eles a ocupar a burocracia lamaísta e sendo essas famílias aristocráticas e os monastérios budistas os detentores da maioria das terras no Tibete, terras essas que eram hereditárias no caso da nobreza e que funcionavam num regime de servidão, ou seja, uma classe de servos (condição igualmente hereditária) era legalmente obrigada a trabalhar na terra na qual sua família habitava e ceder a maior parte da produção para a família do seu senhor e tirar apenas o necessário para sua subsistência da produção. O mesmo sistema operava nas terras pertencentes aos monastérios. Citando Michael Parenti no artigo *Feudalismo Cordial? O mito do Tibete*:

Como no sistema de trabalho livre e diferentemente da escravidão, os senhores não tinham nenhuma responsabilidade pela manutenção do servo e nenhum interesse direto em sua sobrevivência, como no caso de um bem caro. Os servos eram responsáveis pela própria manutenção. Ainda assim, como no sistema escravagista, estavam vinculados aos senhores, garantindo para estes uma mão de obra fixa e permanente que não podia se organizar nem fazer greves nem partir livremente, como é permitido a trabalhadores em um contexto de mercado. Os suseranos tinham o melhor de dois mundos. (PARENTI, 2021)

Os monastérios eram uma parte muito importante da organização político-social do Estado lamaísta, existindo inúmeros monastérios budistas no Tibete, dos quais os monastérios Drepung, Sera e Ganden eram os mais importantes no Secto Gelugpa e seus abades ocupavam posições privilegiadas dentro da hierarquia estatal. Os monastérios também possuíam uma considerável autonomia interna, tendo autoridade exclusiva de julgamento sobre seus membros, exceto em casos de traição ou assassinato⁶, além de autonomia financeira, proveniente da renda produzida pelo trabalho servil nas terras pertencentes aos monastérios, doações de fiéis e repasses governamentais.⁷

A aristocracia cumpria um papel muito importante na manutenção do Estado lamaísta, comandando terras, participando na disciplina dos trabalhadores servis, concentrando a maior parte dos rendimentos agrícolas e compondo o corpo burocrático do Estado. Citando Ricardo Petch em *Aristocracy and Government in Tibet 1728-1859*:

⁶ GOLDSTEIN, Melvyn, *A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State*, página 27

⁷ “ [...] por exemplo, o monastério Drepung era reputado de ter possuído 185 propriedades, 20 mil servos, 300 pastagens e 16 mil nomades”. GOLDSTEIN, Melvyn, *A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State*, página 34

Usualmente é dito que o Tibete era um país feudal antes de 1951, com a qualificação de que a nobreza era colateral e até um certo ponto dominada pelo Templo Amarelo⁸ e seus grandes monastérios. Em geral essa imagem está correta... (PETECH, 1973, p.15)

A divisão dos altos cargos era uma exclusividade da aristocracia e do clero budista, sendo atribuídos de acordo com a lei e a tradição para manter o sistema de parceria estável e o poder concentrado nas dessas duas classes unidas no controle e subordinação das classes baixas e na manutenção dos status quo.

A aristocracia segundo Petech se dividia em três categorias: Yab-gzis, a classe mais alta composta pelas famílias de antigos Dalai Lamas que ganhavam terras e títulos com a ascensão dos mesmos e continuaram a influenciar na política pelas gerações seguintes. Segundo Petech o costume de nobilitar os familiares dos monarcas teocráticos surgiu em 1729, quando o imperador chinês da época concedeu um título de nobre ao pai do 7º Dalai Lama; Sde-dpon, a alta nobreza além das famílias dos antigos monarcas; e sku-drag a aristocracia menor, detentora de terras, mas menos rica e influente.

No topo da pirâmide de poder tibetana estava o Dalai Lama, o monarca teocrático. Quando se faz uma pesquisa nos mecanismos de buscas online sobre o Dalai Lama é muito comum encontrar a definição do título como somente “líder espiritual” do Tibete, sem qualquer menção ao seu papel enquanto governante, e mais ainda, monarca do Tibete. Mas porque monarca teocrático? Baseado em que resalto tantas vezes que o cargo de Dalai Lama é monárquico e teocrático e não apenas autocrático? Me valendo de uma comparação que Petech fez entre a nobreza tibetana e a aristocracia dos Estados Papais, faço uma comparação entre o Papa católico e o Dalai Lama tibetano, pois ambos são ou foram chefes de Estado (sendo o Bispo de Roma atualmente o governante da Cidade do Vaticano, um dos menores países do mundo, mas um dia seus domínios se estenderam por toda a península itálica central, ambos se configurando como monarquias eletivas), dispondo de autoridade e poderes políticos extensos. Portanto os detentores desses títulos (Papa e Dalai Lama) governam ou governaram territórios em virtude de suas posições de lideranças dentro de religiões organizadas e hierarquizadas, cujos membros desses cleros exerceram ou ainda exercem funções burocráticas em consonância com suas funções espirituais dentro dos governos desses Estados, que incorporam as doutrinas dessas religiões enquanto princípios legais. A virtude do poder de ambos também se origina numa providência divina, na vontade de forças superiores de que governem e “guiem” seus povos, e não numa vontade dos povos de serem governados por essas pessoas sob essa organização política.

⁸ Sinônimo de “Secto Gelugpa”, já que o amarelo é a cor símbolo dessa religião

Outra característica que chama atenção são os simbolismos adotados por ambas essas figuras, os tronos, indumentárias específicas que diferenciam aqueles governantes das pessoas comuns e toda a organização de corte em torno deles. No caso dos Dalai Lamas, ainda há um fator mais proeminente monárquico, que é a hereditariedade, pois enquanto o Papa é eleito por seus pares, no Tibete desse período existia o conceito de *labrang*, a herança deixada por uma vida passada para a vida atual, ou seja, propriedades e títulos podiam ser passados “hereditariamente” para pessoas consideradas como a mesma reencarnação, o que era o caso do Trono do Leão que passava hereditariamente enquanto *labrang* de uma encarnação para outra.

No Tibete lamaísta, os poderes temporais e espirituais consistiam em faces da mesma moeda, braços de uma mesma estrutura de poder, inseparáveis um do outro.

À luz da história, o Tibete que caiu em 1951 contrasta muito com a visão que chega até nós de uma terra de paz e tranquilidade, de uma Shangri-Lá, desprovida de nuances, de política e de disputa, uma imagem construída no seio do exotismo eurocêntrico e que continua sendo apropriada para desviar os nossos olhos de um debate real sobre o Tibete que saia dos modismos perpetuados pelas potências ocidentais e seus colaboradores em sua busca por formas de minar a ascensão de um novo agente global protagonista, a China; o que nos impede de formar enquanto acadêmicos, ou até como público em geral, opiniões críticas bem embasadas sobre os rumos que o Tibete tomou desde 1951 até agora e quais são as perspectivas reais para esse território daqui para frente.

Capítulo 3. A jornada política do regime lamaísta e do 14º Dalai Lama: Uma análise crítica da perspectiva do relato autobiográfico *Freedom in Exile*

Com este terceiro e último capítulo os relatos autobiográficos de Tenzin Gyatso, o 14º Dalai Lama, publicados como o livro *Freedom in Exile*, serão utilizados como o fio condutor da análise historiográfica do período de 1938 até 2023 da história política do Tibete pré-comunista e do período de duplo poder no Tibete (onde o Partido Comunista da China e o regime tradicional lamaísta conviveram enquanto instâncias políticas), e do período atual do governo no exílio. Apesar dos relatos e da própria figura do Dalai Lama serem os fios condutores principais da monografia, ambos são instrumentalizados por uma análise mais ampla das relações geopolíticas de poder e dos elementos orientalistas presentes nessas relações na visão ocidental para com o Tibete e o Dalai Lama, como proposto pelos autores da obra editada por Jacques Revel, *Jogo de Escalas: a experiência da microanálise*.

3.1. Tempos de Reinado (1938-1951)

Agora no meu caso, eu sou considerado como a reencarnação dos prévios treze Dalai Lamas do Tibete, que são também considerados a manifestação de Avalokiteshvara, ou Chenrezig, bodhisattva da compaixão, Portador da Lótus Branca. (GYATSO, 1990, p.11)

Nesta seção tratarei sobre os primeiros anos de vida e de reinado de Tenzin Gyatso, do ano de 1935 até a tomada do Tibete em 1951. Devido ao Dalai Lama ser muito jovem nessa época e viver muito isolado do restante do país de das decisões políticas, o que é irônico já que aquilo que o afastava da realidade do Tibete era estar restrito ao palácio, mas estar a um ou dois passos dos salões do poder, onde o país era comandado não o aproximou do poder real por muito tempo, devido sua tenra idade. E também devido a sua tenra idade, os relatos do 14º monarca teocrático e a própria figura do mesmo serão menos centrais nessa seção da monografia.

O Dalai Lama foi, nas palavras do atual mantenedor do título, a liderança política e espiritual do Tibete⁹, considerado O 14º Dalai Lama, hoje chamado de Tenzin Gyatso, nasceu em 6 de Julho de 1935 na vila de Taktser, na província de Amdo, segundo ele mesmo de uma família de fazendeiros livres arrendatários de terras, tendo sido nomeado como Lhamo Thondup. Segundo o próprio Tenzin Gyatso, na página 6 do 1º capítulo da autobiografia: “Meus pais eram pequenos fazendeiros: não exatamente camponeses, pois não estavam atrelados a nenhum mestre; mas de forma alguma nobres”, uma amostra das relações de “suserania” entre nobres e os camponeses ligados e suas famílias e terras

⁹ Página 1, capítulo 1 “Holder of the White Lotus”, da autobiografia *Freedom in Exile* de Tenzin Gyatso

de forma hereditária. Seus pais no entanto são descritos como agricultores e pecuaristas por subsistência, além de praticantes de escambo, trocando o que produziam por produtos como chá, açúcar e algodão.

Figura 3: Vila de Taktser, Região Autônoma do Tibete; dias atuais (data não especificada).



Fonte: Diego Alonso, Disponível em: <<https://www.dalailama.com/the-dalai-lama/biography-and-daily-life/birth-to-exile>>. Acesso: 23 de agosto de 2023

Ao descrever sua casa da infância, o monarca ressalta o quão comum ela era para os padrões locais, sendo construída de pedras e lama e composta por seis cômodos: uma cozinha, ponto mais importante de convivência na casa, uma sala de orações, o quarto dos pais, um quarto de visitas, uma despensa, e um estábulo para os animais (dzomos, um híbrido de yak e vaca, e algumas galinhas) e sem um quarto somente seu, o pequeno Lhamo Thondup dormia com os pais quando menor, e ao lado do forno quando mais crescido.

Apesar de descrever sua família e infância como humildes, o Dalai Lama também comenta que o primogênito de seus pais, Thupten Jigme Norbu, já havia sido reconhecido como a reencarnação de um grande lama, Taktser Rinpoché e “residia em Kumbum, um famoso monastério” e o segundo filho da família, Gyalo Thondup, frequentava uma escola em uma vila vizinha ¹⁰. Não é o objetivo desta monografia analisar minuciosamente a família do 14º Dalai Lama, porém chama atenção que uma família descrita como muito humilde possuía ligações com um monastério de renome e possa mandar um dos filhos para receber educação em outra vila, além do fato de a família consistir de pequenos agricultores livres, em uma conjuntura onde a maioria das terras estavam de posse da

¹⁰ Tenzin Gyatso na página 8 do 1º capítulo de *Freedom in Exile*

aristocracia ou dos monastérios e a maioria do campesinato existir em estado de servidão, o que me leva a crer que o status social da família de Tenzin Gyatso era de “classe intermediária”, não podendo serem chamados de abastados, mas usufruindo de condições financeiras e posição social mais elevada que a maioria da população plebéia.

Em 1933 falece o 13º Dalai Lama, Thupten Gyatso, e a busca pela sua reencarnação se iniciou, e segundo o atual Dalai Lama, guiada por uma visão tida pelo Regente e Lama Lhamoi Lhatso, que levou a expedição de busca para a vila de Taktser, onde ao menos dois candidatos foram identificados. O pequeno Lhamo Thondup e futuro Tenzin Gyatso teria sido identificado como possível sucessor após o grupo de busca se hospedar em sua casa e o chefe das buscas, Kewtsang Rinponché, que estava disfarçado de servo, ser reconhecido pela criança enquanto um Lama. O grupo de buscas retornou uma segunda para vila e aplicou um teste budista para identificar reencarnações, onde objetos pertencentes ao falecido são misturados a objetos comuns que são apresentados para a criança, que então deve identificar os objetos que lhe pertenceram na vida passada. Dessa forma Lhamo Thondup foi identificado como o novo e reencarnado Dalai Lama aos três anos de idade.

A reencarnação é parte fundamental do budismo, pois através dos ciclos de reencarnações, a samsara, é que um indivíduo poderá se limpar de seu karma negativo, as consequências que todos devem enfrentar quando encarnam, fruto de suas más ações em vidas passadas. Passando por uma reencarnação atrás da outra e fazendo boas ações, uma pessoa pode acumular mérito e se livrar do karma ruim, e se um dia essa pessoa se limpar de todo o karma negativo ela se tornará um buda, a forma mais iluminada que alguém pode alcançar (GYATSO, 1990, p.10). O elemento da reencarnação na sociedade tibetana não é apenas de caráter religioso, mas tem implicações bastante concretas, principalmente quando tratamos dos lamas, já que como todo mundo reencarna, toda vez que um lama morre, a sua reencarnação é identificada e mandada para fazer parte do monastério do qual sua reencarnação passada fazia parte, normalmente adentrando na ordem muito jovem, como é comum para os monges tibetanos. Essa nova reencarnação não herdaria somente o título de lama, mas também a labrang, basicamente a herança material que todas as reencarnações daquele lama possuíam passam para a posse da nova reencarnação e, como pontua Melvyn Goldstein em *A History of Modern Tibet: 1913-1951*, o montante herdado variava de acordo com a importância daquele lama, ressaltando que os lamas que foram regentes do Tibete nos períodos de infância dos Dalai Lamas tinham uma tendência a se tornarem “fabulosamente ricos” (GOLDSTEIN, 1992, p.35). Em resumo, o sistema de reencarnações era central para a formação da alta classe religiosa como um todo e não apenas do chefe de Estado.

Devido a conflitos com os monges de Kumbum e governantes locais (o Dalai Lama cita por nome em sua autobiografia o governador Ma Pu Feng), a partida do redescoberto Dalai Lama para a capital Lhasa foi atrasada, pois o governador desejava uma compensação em dinheiro para permitir

a partida e os monges exigiam a confirmação da criança enquanto o legítimo Dalai Lama e não um simples candidato, como foi aventado pelo grupo de busca, provavelmente por questões de segurança.

Segundo Goldstein, o governo tibetano entrou em negociações para as autoridades chinesas do Kuomintang na região intervissem junto ao governador para a liberação da viagem, mas as negociações não avançaram e o grupo de buscas teve que recorrer a ajuda de alguns comerciantes que rumavam numa peregrinação à Meca via Índia, que emprestaram o dinheiro exigido por Ma Pu Feng e a criança Lhamo Thondup e o grupo que o identificou partiram em 21 de julho de 1939, escoltados pela caravana de comerciantes para enfim chegar a Lhasa, onde ascendeu ao Trono do Leão enquanto 14º Dalai Lama do Tibete no dia 22 de fevereiro de 1940, com pouco menos de cinco anos de idade. Essa mudança considerável afetou diretamente a família de Tenzin Gyatso, como ele mesmo relata:

Quando eu fui proclamado Dalai Lama, eles (seus pais) automaticamente adquiriram o status da mais alta nobreza e com isso propriedades consideráveis. Eles também possuíam acesso a uma casa nos terrenos do palácio durante aquele período de cada ano (no inverno) - (GYATSO, 1990, p.16)

Ou seja, a seleção de um novo Dalai Lama também significou a ascensão de uma nova família aristocrática.

Naturalmente por ter subido ao trono muito jovem, levará muitos anos até que Tenzin Gyatso assuma os poderes políticos condizentes com o cargo. Enquanto o monarca não atingisse a maior idade o país seria liderado pela figura do regente, uma ocorrência comum no Tibete, já que os Dalai Lamas só podem ser identificados após a morte de seu predecessor e normalmente essa identificação acontece na infância.

O primeiro regente do reinado do 14º Dalai Lama foi Reting Rinpoché, que segundo Goldstein foi perdendo popularidade por centralizar muito poder em si mesmo, perseguir adversários políticos e abusar de sua posição para enriquecimento pessoal, além de praticar uma conduta considerada “imoral” e hedonista para um abade de um monastério (no caso dele, do monastério Reting). Devido aos desgastes, Reting Rinpoche abdica como regente em 1941 e nesse mesmo ano no mês de fevereiro, Taktra Rinpoche, um dos dois tutores do Dalai Lama é confirmado pelo Kashag (o principal conselho de governo) e pela Assembléia Nacional (o principal colegiado consultivo) como o novo regente tibetano. Reting Rinpoche retornaria liderando um movimento que procurava restituí-lo como regente, causando dissenso com os apoiadores de Taktra Rinpoche e que culminou numa tentativa de golpe de Estado do ex-regente contra o regente atual. Reting Rinpoche tentou cooptar autoridades chinesas do Kuomintang para apoiar sua conspiração, mas todos acabaram delatados e Reting seria preso e morreria em cativeiro, após uma última tentativa fracassada de tomar a regência à força em 1947.

Durante o período das duas regências do 14º Dalai Lama, o Tibete foi palco de intensas disputas políticas externas, além dos conflitos internos. O Tibete vivia um longo histórico de assédio por parte dos ingleses via o Raj Britânico que buscavam expandir o máximo possível sua influência na região, pois como foi relatado anteriormente, o Tibete era um ponto fronteiro muito importante e obter influência e domínio sobre o país permitiria ao Império Britânico soberania sobre os himalaia, diversas fontes de água e acesso mais fácil ao Afeganistão, o deserto de Gobi e a Ásia Central, a Mongólia e ao oeste da China, o que seria vantajoso pelas rotas comerciais locais (a antiga rota da seda já fora estabelecida nesses caminhos) e daria aos britânicos proximidade com as repúblicas soviéticas da Ásia Central e o Irã, regiões que foram disputadas pelos impérios britânicos e russos e que, com a ascensão da União Soviética, poderiam ser vantajosas, já que permitiriam aos britânicos um acesso por mar às fronteiras marítimas a oeste da União Soviética e por terra nas fronteiras do sul, em caso de nova intervenção inglesa (direta ou por procuração) contra o regime comunista (como aconteceu na Guerra Civil Russa).

Por outro lado, a novíssima República da China e os nacionalistas do Kuomintang¹¹ mantinham seus olhos sobre o Tibete e seus conflitos, apesar de, como foi comentado anteriormente, o regime republicano não estar estável o suficiente para exercer uma influência mais direta na região, porém os relatos de interações entre oficiais fronteiriços do governo e oficiais militares ligados ao Kuomintang não são raros, o que não surpreende, afinal, após tantas intervenções na China, a possibilidade de alguma potência estrangeira usar o Tibete para acessar as províncias ocidentais da China eram bastante factíveis.

Com o início da invasão japonesa e, por consequência da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), a Guerra Civil Chinesa (1927-1937 ; 1946-1949) foi posta de lado por enquanto e os nacionalistas do Kuomintang e os socialistas do Partido Comunista da China formaram o Segundo Fronte Unificado, a aliança político-militar que enfrentaria os japoneses até sua capitulação e se dissolveria logo em seguida no ano de 1946, com a retomada do conflito entre nacionalistas e comunistas que terminou em 1949, com a expulsão do Kuomintang de quase todo o território chinês, com exceção de Taiwan e algumas ilhas menores no Mar do Sul da China, e a fundação da República Popular da China.¹²

A nova república socialista nasceu numa conjuntura delicada se tratando de um país com um histórico recente de muitos conflitos internos e externos, mais notoriamente a extrema violência do

¹¹ De acordo com o site oficial do partido, o Kuomintang ou Partido Nacionalista, nasceu em agosto de 1912 da junção de vários partidos e movimentos sociais anti-japoneses, anti-comunistas e nacionalistas chineses, tendo passado por diversas reformulações e reformas ao longo de sua história. O partido chegou a governar grandes porções da China continental, tendo sido a principal força política da China por décadas, até ser derrotado na Guerra Civil Chinesa e se refugiar na ilha de Taiwan. O partido existe até hoje como uma das duas principais forças políticas da ilha (a outra sendo Partido Democrático Progressista), operando na conformidade da democracia liberal representativa.

¹² Para mais informações recomendo os volumes 13 e 14 (partes 1 e 2) da coleção *The Cambridge History of China - Republican China (1912-1949)*

colonialismo japonês, devastado pelos conflitos e geograficamente imprensado entre a União Soviética ao norte e duas áreas de ocupação estadunidense (Coréia do Sul e Japão) e o território do Kuomintang a leste. Também ao norte estava a República Popular da Mongólia, Estado igualmente socialista e independente tanto da União Soviética, quanto da República Popular da China, e fazendo fronteira com o que se tornaria a Região Autônoma da Mongólia Interior, subordinada a Pequim e como o nome sugere, de maioria étnica mongol e um ponto de apreensão do PCCh, que não queria ver as fronteiras da nova república diminuídas devido a separatismos étnicos. Mais ao sul surgiu também um novo país de proporções continentais, a Índia, que conquistou sua independência em 1947, num processo traumático chamado de Partição, onde no período de menos de um ano o Raj Britânico foi dividido entre a República da Índia e a República Islâmica do Paquistão. Na Partição milhões de hindus residentes no Paquistão e milhões de islâmicos residentes na Índia foram obrigados a se reassentar no seu “lado certo da fronteira”, o que somado com os anos de desgoverno, exploração e saque colonial britânico no Raj, deixou ambos os países empobrecidos e instáveis, com seus governos centrais lutando por consolidação dos seus regimes.

Foi nesse contexto de incertezas que a tomada do Tibete foi orquestrada e executada pelas tropas do Exército de Libertação Popular chinês, numa manobra para garantir posse de um território rico em recursos naturais e geopoliticamente estratégico para qualquer país da região, num avanço para a consolidação das fronteiras terrestres a oeste da China.

Um dia antes do festival de ópera do verão de 1950, eu estava saindo do banheiro em Norbulingka quando eu senti a terra debaixo dos meus pés se mover. Os tremores continuaram por vários segundos. Já era tarde e, como de costume, eu estava conversando com um dos meus atendentes enquanto me banhava para me deitar (...) quando olhamos para o céu houve um estouro, e outro, e outro, e outro. Era como uma bateria de artilharia (...) no dia seguinte nós descobrimos que, longe de ser um teste militar, era na verdade um tipo de fenômeno natural. Algumas pessoas até reportaram terem visto um estranho brilho vermelho na direção da qual o barulho veio. Gradualmente soubemos que pessoas tinham experienciado o fenômeno, não apenas nos arredores de Lhasa, mas por toda a extensão do Tibete. (...) Conforme a gravidade do estranho evento começou a ser compreendida, pessoas naturalmente começaram a dizer que isso era mais do que um simples terremoto. Era um presságio dos deuses, portento de coisas terríveis se aproximando. (GYATSO, 1990, p.51)

Com essa passagem, Tenzin Gyatso descreve os dias da véspera da tomada do Tibete, uma conquista relativamente fácil, pois de um lado estavam as experientes tropas chinesas comunistas, abastecidas com armamentos soviéticos da guerra civil e de outro um completamente despreparado e tecnológica e numericamente exército tibetano, incapaz de oferecer resistência. Todas as medidas tomadas pelo governo tibetano no âmbito internacional para buscar o apoio da Índia, Estados Unidos ou Grã-Bretanha não obtiveram sucesso. O Exército de Libertação Popular marchou pelas terras tibetanas e segundo Goldstein: “Os soldados aprenderam a religião, costumes, e língua, e

estavam sob ordens estritas de não requisitar sequer um copo de chá aos locais. Eles deviam falar e agir como se fossem irmãos que vieram ajudar, e ignorar todos os insultos e provocações. Eles deveriam mostrar profundo respeito pelas instituições religiosas locais. Se eles precisassem de animais ou comida, eles deveriam pegá-los apenas com consentimento dos locais e pagar em moedas de prata por eles.” O objetivo das lideranças comunistas era convencer a população tibetana de que essa intervenção não significava nenhuma mudança profunda que ameaçasse seu modo de vida.

Diante da presença militar chinesa, o governo tibetano abriu conversações com o governo chinês, buscando o apoio da Índia e da Inglaterra para mediar as negociações que acabaram por acontecer em Delhi, porém sem muito sucesso. Enquanto o contato diplomático infrutífero acontecia, as tropas do exército chinês avançavam sobre o território tibetano, destruindo a principal força militar tibetana no processo e alijando Lhasa de qualquer meio defensivo¹³.

Com as sucessivas derrotas o governo regencial foi perdendo popularidade e um movimento para adiantar a maioridade do Dalai Lama e dar a ele os poderes de chefe de Estado começou.

Conforme o inverno ia acabando e as notícias só piorando, surgiram conversas sobre adiantar a maioridade do Dalai Lama. Pessoas começaram a advogar pela passagem do poder temporal total - dois anos antes. Meus faxineiros reportaram para mim que pôsteres foram pregados por toda Lhasa vilificando os governo e clamando pelo meu entroncamento imediato, e haviam músicas do mesmo tipo também.

Havia duas escolas de pensamento: uma consistia das pessoas que contavam com minha liderança em tempos de crise; a outra, das pessoas que sentiam que eu era muito jovem para essa responsabilidade. Eu concordava com o segundo grupo, mas infelizmente, não fui consultado. Ao invés disso, o governo decidiu que a questão devia ser apresentada a um oráculo. (GYATSO, 1990, p.53)

Aos quinze anos, Tenzin Gyatso assumiu formalmente e na prática a posição de líder máximo do Tibete, fato que não alterou significativamente a conjuntura da situação.

A China Popular buscava “libertar” o Tibete com o mínimo de dano possível, portanto a estratégia adotada após a derrota do exército tibetano e a tomada de várias cidades foi a de exercer pressão através da presença das tropas para que o governo lamaísta capitulasse “voluntariamente”, mas mesmo após sucessivas derrotas o governo tibetano procurou apelar novamente a comunidade internacional, porém nem Índia, nem Inglaterra, nem os Estados Unidos e nem as Nações Unidas (da qual o Tibete não era membro) ouviram os apelos do governo tibetano e assim, o regime lamaísta caiu, mesmo que após a queda, o Dalai Lama continuasse em seu trono, cada vez mais esvaziado de poder.

¹³ Segundo os relatos do Dalai Lama, o exército tibetano contava com 8,500 soldados na época

3.2. Tempos de Contradição (1951-1959)

[...] Eu não tenho questões com o capitalismo, contanto que seja praticado de forma humanitária, mas minhas crenças religiosas me aproximam mais do socialismo e do internacionalismo, que se alinham melhor com os princípios budistas. A outra coisa atrativa do marxismo para mim é a afirmação de que o Homem é fundamentalmente responsável pelo seu por seu próprio destino, Isto reflete exatamente o pensamento budista. (GYATSO, 1990, p.268)

Em 23 de maio de 1951, China e Tibete assinaram o Acordo dos Dezesete Pontos, ou “Acordo de Medidas para a Liberação Pacífica do Tibete”. No prefácio do acordo as autoridades chinesas elencam os motivos pelas medidas militares no território tibetano, evocando a memória das intervenções imperialistas sofridas pela China e também pelo Tibete, acusando o Kuomintang (chamado de “reacionário”) de “dar continuidade a políticas de opressão e causar dissenso entre as nacionalidades, causando divisão e desunião entre o povo tibetano” e acusando também o governo local tibetano de “não se opor as enganações e provocações imperialistas e adotaram (os governantes) uma atitude antipatriótica para com a Pátria Mãe. Sob essas condições a nacionalidade e o povo tibetano foram imersos nas profundezas da escravidão e sofrimento”. (1951, p.1)

Através desse prefácio podemos verificar a defesa de que o Tibete é e sempre foi parte integral da China e que mesmo reconhecendo as diferenças étnicas (que no acordo são referidas como “nacionalidades”), culturais e religiosas, o projeto de construção da China socialista previa uma entidade política liderada pelo Partido Comunista da China que incluísse diversos grupos étnicos, não à toa o Kuomintang é denunciado no acordo como um causador de dissenso entre as minorias étnicas, pois as lideranças comunista procuram o tempo assegurar as lideranças e o povo tibetano de que a identidade tibetana será respeitada e preservada, uma política que procura prevenir resistências que possam surgir por conflitos étnicos, afinal o território da República Popular possuía diversas regiões majoritariamente habitadas por minorias étnicas, inclusive como foi citado anteriormente, em regiões fronteiriças.

Somada a essas questões estava o histórico que a primeira aliada da República Popular da China, a União Soviética, precisou enfrentar nos seus primeiros anos, quando a defesa da “autodeterminação dos povos” se traduziu numa política de separação voluntária, onde uma nacionalidade que fizesse parte do império russo e agora da União Soviética poderia declarar independência com a colaboração do governo bolchevique. O resultado dessa política foi traumático, pois com a independência da Finlândia estourou a Guerra Civil Finlandesa (1914-1918)¹⁴, um enfrentamento entre a facção dos vermelhos, apoiados pelos soviéticos e a facção dos brancos,

¹⁴ Recomendo o livro *The Russian Civil War* de Evan Mawdsley, primeiramente publicado em 1987 e reeditado em 2000, 2008 e 2011.

apoiada pelo império alemão, que terminou com uma vitória do exército branco, ou seja, numa vitória das forças burguesas. Talvez motivados por esses exemplos os partidários do PCCh elaboraram o conceito de “Regiões Autônomas” para os territórios de minorias étnicas, entidades políticas equivalentes as províncias da República Popular da China, configuração diferente da União Soviética que se formou enquanto uma federação de várias repúblicas socialistas diferentes.

Dos dezessete pontos acordados em 1951, serão destacados dois deles:

(3) De acordo com a política para nacionalidades escrita no Programa Comum do CCPPC¹⁵, o povo tibetano tem o direito de exercer autonomia nacional regional sob a liderança unificada do GCP¹⁶

(4) As autoridades centrais não irão alterar o sistema político existente no Tibete. As autoridades centrais não irão alterar os já estabelecidos status, funções e poderes do Dalai Lama. Oficiais de variados ranks devem permanecer em seus cargos como sempre. (1951, p.2,3)

Diante da abordagem moderada das lideranças chinesas com a governança do Tibete (uma contradição com as políticas adotadas no restante da China), agora sob autoridade efetiva do governo chinês, se criou o dilema de dois corpos burocráticos, o lamaísta e o socialista, convivendo e governando em paralelo sob o mesmo território. Para melhor integrar a governança antiga com a nova sem solapar completamente a tradicional burocracia tibetana, foi proposta a criação de dois órgãos: o Quartel General da Área Militar do Tibete, responsável pela autoridade militar sobre as tropas do Exército de Libertação Popular e o exército tibetano e a eventual absorção dos militares tibetanos ao ELP; e o Comitê Militar e Administrativo, responsável pela administração provisória sobre a nova Região Autônoma. No entanto Mao Tsé Tung barrou a proposta por considerá-la pouco moderada e no lugar foi criado um comitê partidário subordinado ao Comitê Central, o Comitê de Trabalhos Tibetano, responsável por representar o Governo Central chinês, colaborar com o governo tibetano e por implementar na prática as mudanças graduais desejadas para o Tibete.

Em 1954, o Dalai lama e sua comitiva fizeram uma viagem para Pequim e se encontraram com autoridades de peso do Partido Comunista, como o primeiro-ministro Zhou Enlai e o próprio Mao Zedong, pelo qual Tenzin Gyatso expressou admiração em suas memórias por conta do carisma e magnetismo do líder socialista. Nos relatos o Dalai Lama comenta que não lhe foi permitido contato com a população de Pequim, mas que um dos membros de sua comitiva, Serkon Rinponche, foi capaz de se desvencilhar da agenda oficial e ter contato com os cidadãos comuns, tendo descrito “a situação de fome e medo” do povo chinês para o Dalai Lama. O líder teocrático também afirma que “só de olhar para o rosto do povo comum do Tibete, dava para ver o quanto eram mais felizes (que os chineses)”, mesmo que em sua juventude o Dalai Lama não tenha tido muito contato com as “pessoas

¹⁵ Conferência Consultiva Política do Povo Chinês: A assembléia nacional consultiva da China, principal órgão de democracia consultiva da República Popular da China.

¹⁶ Governo Central Popular: O governo nacional da República Popular da China.

comuns”, tendo passado a maior parte da sua vida até então em isolamento no Palácio de Potala e em monastérios.

Figura 4: “Zhou En-Lai, Panchen Lama, Mao Tse-Tung and His Holiness the Dalai Lama in Beijing, China in 1956”.



Fonte: Tibet Images, Disponível em: <<https://www.dalailama.com/the-dalai-lama/biography-and-daily-life/brief-biography>>. Acesso: 23 de agosto de 2023

O Dalai Lama também relembra que expressou sua opinião para as lideranças chinesas de que “a religião é essencial, especialmente para aqueles na política” e comenta que quanto mais contato tinha com as ideias marxistas, mais ele gostava dessas ideias, porém ressalta que suas maiores discordâncias estavam em “uma visão puramente materialista da existência humana” e a “rigidez dos métodos”, o que já demonstra um contraste com afirmações contidas no terceiro capítulo da autobiografia, onde o Dalai Lama “admite ter pouco conhecimento do comunismo na época (1950- 1951), mas sabia que eles (os comunistas) tinham causado grande sofrimento na Mongólia”.

Também em 1954, quando a Primeira Assembleia do Partido Comunista aconteceu, o Dalai Lama foi eleito um dos vice-presidentes do Comitê de Direção, órgão responsável por debater e deferir propostas ao Politburo do PCCh¹⁷, cargo que ele descreveu como “cerimonial”. Na prática o Kashag (o conselho executivo) era a entidade governamental tibetana que exercia real autoridade junto a população e o Comitê de Trabalhos Tibetano.

¹⁷ Colegiado que reúne as principais lideranças do governo chinês, considerada a instituição mais poderosa do PCCh e da República Popular como um todo.

Enquanto isso na sociedade tibetana, reformas começaram a ser implementadas, como a criação de uma escola primária (a Escola Seshin), a fundação de associações de jovens e de mulheres, medidas voltadas para as classes altas e médias na procura de incluí-las e instruí-las no socialismo chinês. Melvyn Goldstein afirma que por mais que setores da classe governante resistissem às mudanças, “para muitos da elite, havia um sentimento de otimismo cauteloso; um sentimento de que talvez o modo de vida deles pudesse continuar sem drásticas agitações” (GOLDSTEIN, 2007, p. 399). Porém essa aparência de paz e consenso era irreal, pois a extensão e a velocidade das reformas a serem aplicadas foi um ponto de muita disputa. Entre as autoridades chinesas haviam a concepção do Comitê Central e Mao Zedong de reformismo moderado e lento, enquanto no Comitê de Trabalhos Tibetanos uma facção defendia a estratégia moderada e procurava cooptar aos poucos o Dalai Lama, o Kashag e seus partidários para o esforço reformista, defendendo também que outras áreas de maioria étnica tibetana fossem colocadas sob o governo do Dalai Lama, enquanto outra facção advogava por reformas mais rápidas e profundas e se aliava ao partido do Panchen Lama¹⁸, antigo aliado dos chineses e considerado mais progressista. A facção mais radical tentou criar uma área tibetana sob governo direto do Panchen Lama, separado do território do Dalai Lama, porém sem o apoio do Comitê Central, os radicais perderam a disputa.

Muitos aspectos da organização social tradicional do Tibete eram incompatíveis com os princípios socialistas e muitos burocratas tibetanos entendiam que era melhor que as reformas comessem a ser executadas pelo governo tibetano antes que o governo chinês decidisse assumir controle direto sobre o território. Um dos principais incômodos para os socialistas era a relação terra- trabalho, ou seja, o sistema de grandes propriedades concentradas pelos aristocratas e monastérios e o sistema de servidão que movia a produção agrícola e sustentava o modo de vida das classes dominantes do Tibete, razão pela qual os reformistas tibetanos não conseguiram apoio entre seus pares para implementar as mudanças necessárias, e com isso, a estratégia moderada foi perdendo força e a abordagem radical foi ganhando terreno entre as autoridades comunistas locais.

Ao falar sobre as reformas o Dalai Lama cita as regiões de Kham e Amdo (sob autoridade direta do Governo Central socialista) “denuncia” autoridades chinesas por “impor novos impostos sobre casas, terras e gado, e, (...) propriedades dos templos também foram taxadas. Grandes propriedades de terras foram confiscadas e redistribuídas pelos oficiais locais chineses de acordo com sua própria ideologia política” (GYATSO, 1990, p.104).

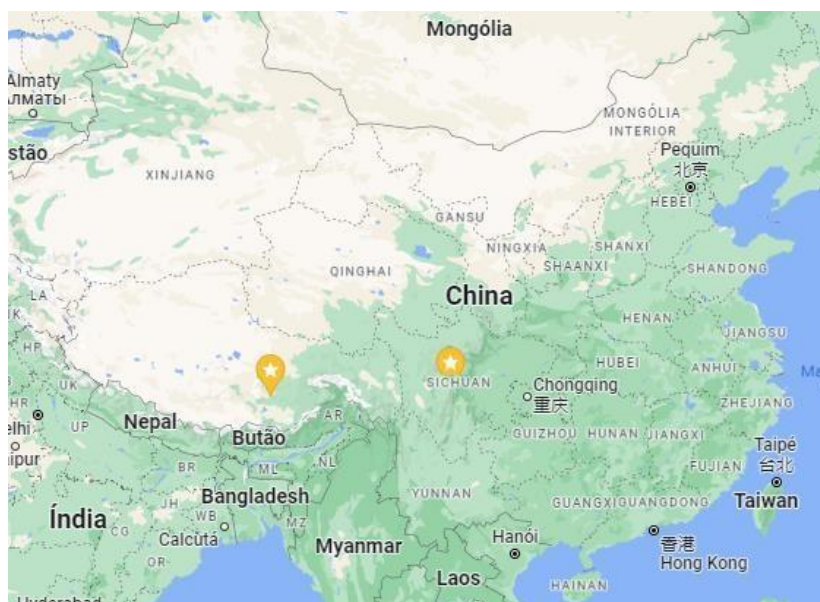
As tensões por mudanças cresciam e as lideranças tibetanas se mostravam pouco receptivas enquanto a disparidade da realidade social tibetana com o projeto socialista do PCCh ficava cada vez

¹⁸ Número dois na hierarquia religiosa Gelugpa, possui sua própria linhagem de reencarnações.

mais evidente também entre outros grupos étnicos que habitavam (e ainda habitam) o território do antigo Tibete. O caso mais notável do período foi o do povo khamba.

Naturais da antiga província de Kham, no território que hoje em dia corresponde (aproximadamente) na Prefeitura Tibetana Autônoma de Garzê (província de Sichuan), a sociedade seminômade dos khampas viu poucas mudanças no seu modo de vida desde que o império caiu e o Kuomintang assumiu e depois que os nacionalistas foram derrotados pelos comunistas, ao menos nos primeiros anos, quando muitas famílias khambas lucraram ao oferecer serviços de transporte ao Exército de Libertação Popular. No entanto, conforme as contradições entre os sistemas socioeconômicos tradicional e socialista foram ficando mais e mais evidentes, o aumento das tensões foi sentido de Kham, até Amdo, até U-Tsang, reverberando até estremecer as ruas de Lhasa e as paredes do Palácio de Potala.

Figura 5: Prefeitura tibetana autônoma de Garzê e a cidade de Lhasa¹⁹



Fonte: Google Maps, 2023

No caso dos khampas as tensões estouraram quando o governo chinês tentou implementar uma política de desarmamento entre os khampas, sendo a posse de armas muito comum entre os mesmos pois os armamentos eram consideradas parte da identidade étnica e vitais para a segurança, pois a região sofria com um nível alarmante de banditismo (GOLDSTEIN, 2014, p.255). A classe dominante khampa organizou um levante contra os comunistas em 1956, empregando táticas de guerrilha por grupos montados a cavalo em diversos pontos separados da região, a maior sendo em

¹⁹ O ponto amarelo à direita marca a localização da Prefeitura Tibetana Autônoma de Garzê, Província de Sichuan; O ponto amarelo à esquerda marca a cidade de Lhasa, capital do Tibete antes e depois de 1959. Também é possível observar as divisas entre as duas províncias.

Litang (atual condado de Litang, Prefeitura de Garzê), com o apoio da aristocracia local e do Monastério de Litang. Durante os levantes o Governo Central chinês solicitou que o Kashag intervisse na situação e tomasse a liderança na contenção dos conflitos, pois as lideranças centrais não queriam que as revoltas se tornassem um conflito “chineses versus tibetanos”, e sim uma questão interna do Tibete, porém o governo tibetano permaneceu neutro durante os conflitos.

Os Estados Unidos chegaram a intervir nos conflitos através da CIA, promovendo treinamento para algumas lideranças khampa e mandando munições. O Dalai Lama chega a adereçar a assistência estadunidense em sua autobiografia:

Quando eu fui para o exílio, eu ouvi histórias de como armamentos e dinheiro foram transportados para o Tibete de avião. No entanto, essas missões quase fizeram mais mal aos tibetanos do que para as tropas chinesas. Porque os americanos não queriam que sua assistência fosse atribuível, eles tomaram cuidado de não suprir equipamento fabricado pelos EUA . No lugar, eles enviaram umas bazucas mal feitas e uns rifles britânicos antigos que só foram usados na Índia e no Paquistão e não poderiam ter sua origem rastreada. Porém a falta de cuidado que eles (os armamentos) receberam ao jogá-los dos aviões os deixaram quase inúteis. (GYATSO, 1990, p.127)

Para Mao Zedong, não existia possibilidade de derrota no Tibete, pois caso a estratégia de reformas graduais funcionasse, então ótimo, mas caso a abordagem gradualista falha-se e as mudanças tivessem que ser implementadas à força, isso não seria considerado uma derrota, apenas um caminho mais tortuoso, porém mais ligeiro em adequar o Tibete ao socialismo (GOLDSTEIN, 2014, p.376), e uma derrota de fato não estava à vista, pois qualquer rebelião tibetana não teria pessoal e equipamentos que pudessem fazer frente ao arsenal, contingente, abastecimento e treinamento do Exército de Libertação Popular e a intervenção militar de qualquer país estrangeiro parecia improvável, o que se provou verdade com o tempo.

Em 1959, com os conflitos em pleno curso, mobilizações populares começaram a acontecer em Lhasa. De alguma forma a informação de que o Dalai lama iria se encontrar com autoridades chinesas no Quartel General local do exército chinês²⁰ se espalhou, o que teria motivado a população a se reunir em frente ao Palácio de Norbulingka para peticionar ao monarca que não comparecesse à presença dos líderes chineses, pois temiam pela sua segurança.

²⁰ O compromisso em questão era um convite para assistir a um show

Figura 6: Em 10 de março de 1959, dezenas de milhares de tibetanos cercaram o Palácio de Norbulingka em Lhasa, numa tentativa de proteger o Dalai Lama



Fonte: International Campaign for Tibet, 2022, Disponível em:

<<https://savetibet.org/solidarity-with-tibetans-on-63rd-anniversary-of-national-uprising/>>. Acesso: 23 de agosto de 2023

Nessa época, Lhasa tinha se tornado um local de refúgio para os tibetanos que fugiram do conflito e o sentimento anti-chinês era palpável entre os refugiados e os nativos de Lhasa de diferentes classes sociais. Rapidamente a mobilização se tornou um protesto contra o governo da China e contra o governo tibetano por sua “inação” frente a anexação.

O povo estava demonstrando hostilidade com qualquer um que pensassem culpado de colaborar com os chineses . Um oficial senior , que estava acompanhado em seu carro por um segurança, foi apedrejado e ficou gravemente ferido porque o povo o considerou um traidor. (GYATSO, 1990, p.132)

Nesse período o Dalai Lama (agora com 24 anos de idade) já tinha assumido autoridade de fato junto ao governo tibetano e vinha promovendo uma política de conciliação com os chineses, no tom da abordagem moderada de Mao Tsé Tung, sempre procurando manter a autonomia que o Tibete ainda possuía. Diante dessa forte demonstração o Dalai Lama tentou apaziguar a multidão cancelando seu compromisso no Quartel General, no entanto a situação já tinha tomado proporções muito maiores e não se tratava mais apenas da segurança pessoal do líder religioso, mas sim da independência ou não do Tibete. Melvyn Goldstein cita um relato do próprio Dalai Lama:

Quando os ministros chegaram para me ver, eu conseguia ouvir o brado da população: “Os chineses devem partir”. “Deixe o Tibete para os tibetanos”. - Todos os seus lemas demandavam o fim da ocupação e intervenção chinesa no governo do Dalai Lama. Escutando os clamores, eu pude sentir a tensão dessas pessoas... (GYATSON, 1959; apud GOLDSTEIN, 2019, p.366)

Percebe-se que sistematicamente o governo tibetano procurou comunicar as autoridades chinesas de que eles não estavam envolvidos com o protesto e que trabalhavam para dispensá-lo, porém as multidões ficaram irredutíveis, mesmo após o governo tibetano convidar representantes dos manifestantes para participar de uma reunião de emergência da Assembléia Nacional, sendo a primeira vez que representantes populares participaram de uma sessão da assembléia, mas essa estratégia fracassou. O uso do exército tibetano para dispersar as manifestações foi descartado pelo governo do Dalai Lama.

O resultado dos sucessivos levantes foi a revisão do Governo Central da República Popular da política gradualista e a conclusão de que a revolta khamba teria que ser suprimida diretamente pelo Exército de Libertação Popular, porém em relação aos protestos em Lhasa, o Governo Central decidiu ser mais cauteloso. Enquanto preparativos militares eram feitos para uma supressão de Lhasa pela força, as lideranças centrais decidiram esperar mais tempo e permitir que a situação escalonasse na capital tibetana para que os manifestantes fossem vistos como o lado agressor e o Governo Central tivesse assim, justificativa para intervir. Ao final, o Exército de Libertação Popular de fato reprimiu os protestos em Lhasa e derrotou os levantes khambas.

Em março de 1959, com o governo tibetano sendo incapaz de conter os protestos em Lhasa e temendo uma retaliação severa por parte dos chineses, o Dalai Lama deixa o Tibete rumo ao refúgio na Índia. O governo chinês sabia da possibilidade do Dalai Lama fugir do país, porém as lideranças chinesas não consideraram essa possibilidade como uma grande perda e não tomaram nenhuma atitude para impedi-lo. Por mais que as autoridades centrais da República Popular da China defendessem uma abordagem moderada, era impensável que o sistema de servidão e a concentração de terras permanecessem, afinal o Partido Comunista da China nasceu e se expandiu enquanto um partido das lutas camponesas contra a exploração dos senhores de terra chineses. Entre as décadas de 1920 e 1930 o movimento comunista sofreu diversos reveses, sofrendo com as perdas após a Primeira Frente Unificada (1923-1925) que encerrou a Era dos Senhores da Guerra e reunificou o país e as perseguições anti-comunistas, os socialistas chineses foram derrotados nos grandes centros urbanos e tiveram que se remodelar, encontrando terreno fértil para se reestruturar nas regiões rurais (nessa época a China era uma sociedade de população majoritariamente rural), onde estabeleceram seus núcleos de poder (os soviets) e por onde se expandiram até tomar todo o território da China (exceto Taiwan e suas ilhas adjacentes). Portanto o Partido Comunista da China tem uma ligação umbilical com as lutas camponesas e os processos de reforma agrária, coletivização da terra e empoderamento da classe trabalhadora do campo, princípios completamente inconciliáveis com o

modelo de posse e trabalho da terra tradicional do Tibete.

Figura 7: Tibetanos em torno do Palácio de Potala em protesto ao governo chinês (1959)²¹



Fonte: The Guardian, 2009. Foto: The Associated Press, 1959,

Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/gallery/2009/mar/09/tibet-dalailama>. Acesso: 23 de agosto de 2023

Figura 8: Exílio do Dalai Lama em 1959



Fonte: Tibetan Nuns Project, 2019.

Disponível em: <https://tnp.org/march-10th-2019-60th-anniversary-tibetan-uprising-day/>. Acesso: 23 de agosto de 2023

²¹ Segundo o The Guardian, “17 de Março de 1959: Milhares de mulheres tibetanas cercam o Palácio de Potala, a principal residência do Dalai Lama, protestando contra o governo chinês e a repressão em Lhasa, Tibete. Horas depois, confrontos estouraram e o Dalai Lama foi forçado a se refugiar na Índia.

3.3. Tempos de Oposição (1959-2023)

A jornada para Dharamsala foi uma combinação de viagem de trem e carros. (...) Após uma hora na estrada, eu vi os picos brancos elevando-se no horizonte distante. Nós estávamos indo direto para eles... (GYATSO, 1990, p.161)

Em 18 de Abril de 1959, na cidade indiana de Tezpur o Dalai Lama publicou uma nota de repúdio ao Acordo dos 17 Pontos, acusando as lideranças chinesas de forçarem o governo tibetano a assinar o tratado, só para depois violá-lo unilateralmente. Naquele mesmo a Administração Central Tibetana (o governo no exílio) foi fundada e continua sendo até hoje (os anos 2020) a organização política pela qual o Dalai Lama e seus partidários atuam politicamente ao redor do mundo. A Administração Central Tibetana conta com um parlamento eleito pela diáspora tibetana (contando com uma comissão eleitoral fixa), um conselho executivo eleito pelo parlamento (também chamado de Kashag), uma constituição e um aparato comunicativo para publicidade e criação e distribuição de materiais (textos, vídeos, notícias, etc) sobre a atuação política do governo no exílio e do Dalai Lama e sobre as posições político-ideológicas dos mesmos, como sua oposição a atual posse da China sobre o território tibetano e denúncias de violações de direitos humanos no Tibete atual.

3.3.1. Relações com a Índia

Além do Dalai Lama, sua comitiva e seus partidários que viriam a fundar o governo tibetano no exílio, milhares de tibetanos de diversas classes sociais atravessaram a fronteira e buscaram refúgio na Índia, país que até hoje abriga primeiras, segundas e terceiras gerações da diáspora tibetana, e o próprio Dalai Lama está radicado na cidade indiana de Dharamsala (estado de Himachal Pradesh).

A relação entre China e Índia possui uma natureza um tanto quanto contraditória, sendo ambos vizinhos, vítimas (ainda que de formas particulares) dos colonialismos europeus, possuindo as duas maiores populações do mundo e abrigando cada uma, culturas milenares, a identidade da China enquanto “China”, uma civilização com uma origem comum e uma história que pode ser rastreada por milênios onde o “Reino Médio” existiu como uma estrutura e uma identidade política que se promovia e era percebida enquanto “Reino Médio”, ou seja, “China”, mesmo nas trocas de dinastias, até nos momentos em que dinastias estrangeiras assumiram o trono ou quando o império se dividiu em dinastias conflitantes, o ideal de China sempre se manteve como algo a ser alcançado, preservado ou conquistado e apropriado, nunca se perdendo de fato até os dias atuais, quando o regime socialista da República Popular da China recorre à história do país, à identidade de potência desde a antiguidade como argumento de uma retomada de uma antiga importância perante o mundo.

Por outro lado, “a identidade moderna indiana é validada, em grande medida, pela luta contra o domínio colonial, e por catalogar os males e danos infligidos (pelo colonialismo). [...] Ninguém poderia sugerir que heranças indígenas, culturais e religiosas não são influências poderosas e uma parte óbvia na definição de Índia, mas da mesma forma, não se deve assumir que essas influências explicam por si só o que existe agora, ou que a Índia sempre foi um sistema fechado” (ROBB, 1997, p.245). Em outras palavras, por mais que inúmeras culturas, etnias, idiomas, religiões e as histórias dos diversos estados e impérios indianos sejam uma parte vital da construção da identidade indiana, a unidade identitária proveniente da identificação com um Estado-nação, a Índia enquanto um sistema plural, mas unificado, é bastante recente, e herdeira dos processos coloniais e da independência indiana.

Durante a formação dos regimes atuais de ambos os países, com a independência indiana e a derrocada quase que total do regime do Kuomintang, as duas nações tiveram desenvolvimentos diferentes no campo socioeconômico, tendo a Índia continuado com o modelo capitalista (antes imposto pelo império britânico) enquanto a China se tornou socialista após a vitória e consolidação do processo revolucionário. Desde então as duas repúblicas vivem uma relação econômica e política de cooperação e competição, cooperando em blocos econômicos como o BRICS, enquanto as disputas pela definição de suas fronteiras nunca foi apropriadamente resolvida, continuando como foi citado anteriormente, um ponto de tensão político-militar.

Durante a tomada do Tibete, a Índia escolheu não apoiar a moção de apelação feita pelo governo tibetano às Nações Unidas na época (em consonância com outros países contatados pelos tibetanos, como o Reino Unido e os EUA), após a assinatura do Acordo dos 17 Pontos. O governo indiano (o primeiro da recém independente república) não tinha recursos nem vontade política de se opor a China diplomaticamente e muito menos militarmente, escolhendo não danificar as relações com seu vizinho mais poderoso, tendo posteriormente assinado um acordo comercial que passaria pelo Tibete em 1954, um marco do reconhecimento indiano da soberania chinesa sobre o território tibetano.

Essa postura política não impediu que o Estado indiano oferecesse asilo político para o Dalai Lama e seus compatriotas em 1959, além da população refugiada. Segundo Melvyn Goldstein, estima-se que existam em torno de 100 mil refugiados tibetanos no mundo, e em torno de 70 mil ou 80 mil vivem permanentemente na Índia. O governo indiano, apesar de não reconhecer oficialmente a Administração Central Tibetana enquanto um “governo no exílio do Tibete”, atuou junto dessas lideranças na aplicação de políticas de acolhimento dessa população (delegando certa autonomia à ACT na gerência da população tibetana), principalmente através do assentamento de milhares de tibetanos em diversas áreas rurais improdutivas ao longo do país para que os refugiados pudessem desenvolver autonomia financeira e ajudassem a aumentar a produção de alimentos na Índia.

Independente das políticas de acolhimento, o alinhamento da Índia com a China na questão tibetana permanece o mesmo. Segundo a Reuters²³, a Índia proibiu em 2018 um protesto tibetano em Nova Delhi para comemorar o 60º aniversário dos protestos em Lhasa em 1959. Essa postura do governo tem sido frequente, gerando confrontos com os movimentos tibetanos anti-China no território indiano, como o Free Tibet e o Friends of Tibet, e de ativistas como Tenzin Tsundue (1975), escritor de origem tibetana nascido na Índia que já foi preso mais de 16 vezes em protestos contra autoridades chinesas que visitavam a Índia. Sua prisão mais recente foi em 2019, numa visita do presidente Xi Jinping.

²³ Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/india-china-tibet-idINKCN1GJ1H9>>. Acesso: 09/08/2023

3.3.2. Negociações com a China

Até o falecimento de Mao Tsetung em 1976, qualquer iniciativa de comunicação entre a Administração Central Tibetana e Pequim esteve fora de questão. Em 1977, Ngabo Ngawang Jigme (1910-2009), antigo oficial militar do exército tibetano e partidário do PCCh, fez um pronunciamento urgindo os tibetanos refugiados a retornarem para o Tibete. O Dalai Lama afirma que “esse foi o início de uma intensiva campanha de propaganda para tentar atrair pessoas de volta” (GYATSO, 1990, p.222). No ano seguinte (1978) o Panchen Lama, que havia sido preso por uma década desde 1968, foi libertado, tendo se engajado na campanha pelo retorno. No mesmo ano o Dalai Lama deu um pronunciamento em resposta, pedindo que as fronteiras do Tibete fossem abertas para estrangeiros e para refugiados que desejassem rever suas famílias que ficaram no Tibete. Cada vez mais a possibilidade de restabelecer diálogo entre as partes se concretizava.

Em dezembro de 1978 aconteceu a 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China decidiu pela adoção de um novo plano econômico capitaneado por Deng Xiaoping conhecida como a “abertura econômica da China”, fazendo de Deng Xiaoping a principal liderança da China pelos próximos dez anos²⁴. O Dalai Lama era mais favorável à figura de Deng Xiaoping, como ele mesmo relata: “Como líder de uma facção mais moderada, sua ascensão parecia um sinal de real esperança para o futuro” (GYATSO, 1990, p.224). Em 1979, chegou ao Dalai Lama, através de seu irmão Gyalo Thondup, o recado de que Deng Xiaoping desejava restabelecer os canais de comunicação com o governo no exílio, o que segundo o próprio líder exilado foi uma grande surpresa e uma fonte de desconfiança, pois “toda a minha (do Dalai lama) experiência com autoridades chinesas sugeriam que eles não eram confiáveis. Não só essas autoridades em questão mentiam, mas ainda pior, quando essas mentiras eram expostas eles não aparentavam vergonha alguma” (GYATSO, 1990, p.225). Apesar das desconfianças do monarca, Gyalo Thondup foi

encarregado de negociar com os chineses a visita de uma expedição da Administração Central Tibetana ao Tibete, o que o governo chinês concedeu. Em 2 de Agosto de 1979 a delegação tibetana partiu de Nova Delhi para Pequim, incluindo outro irmão do Dalai Lama, Lobsang Samten.

²⁴ Na língua inglesa o termo usado é *Paramount Leader*, numa tradução literal “liderança-guarda-chuva”, um termo guarda-chuva para a principal liderança chinesa do período que normalmente acumula diversos cargos no Estado e no partido, mas cada *Paramount Leader* possuiu diversos cargos diferentes, portanto não há um padrão rígido de quais cargos alguém deve ter para ser Paramount Leader, até porque a construção das políticas adotadas pelo Estado chinês são decididas coletivamente a cada 5 anos, então é provável que o *Paramount Leader* surja à partir de uma liderança de destaque de alguma facção política que consiga se destacar internamente, angariar apoio de seus partidários e ter seus planos socioeconômicos aprovados nas plenárias do partido e no parlamento chinês pelos representantes eleitos.

Na autobiografia a passagem dessa delegação é descrita como avassaladora, reunindo inúmeros de tibetanos pedindo por bençãos aos partícipes da expedição, o que teria “ultrajado os chineses”. É relatado também que um dos delegados, não identificado na autobiografia, teria ouvido um oficial chinês dizer a um colega que “os esforços dos últimos vinte anos foram desperdiçados em um dia”, o que o Dalai Lama atribui a uma “distância comum entre as lideranças e o povo em países de governo autoritário”.

Ao retornar para a Índia “com centenas de rolos de filme, muitas horas de conversas gravadas” a delegação reportou o que o Dalai Lama descreveu como “inúmeros relatos de anos de fome em massa, execuções públicas e enojantes violações de direitos humanos, incluindo o sequestro de crianças para trabalho forçado ou “educação” na China, o aprisionamento de cidadãos inocentes e a morte de milhares de monges e monjas em campos de concentração. Uma horrível litania, graficamente iluminada por dúzias de fotos de mosteiros reduzidos a pilhas de destroços, ou transformada em armazéns de grãos ou fábricas.” (GYATSO, 1990, p.231,232)

O site da Administração Central Tibetana apesar de disponibilizar fotos em sua página, também com denúncias de supostas violações de direitos humanos, as fotos presentes são de casos mais recentes. Não encontrei nenhum arquivo digital que apresentasse fotos das violações supostamente averiguadas por pela expedição de 1979 e nem nenhuma gravação de entrevistas ou descrições dessas gravações por escrito, o que parece estranho considerando a estratégia bastante desenvolvida e consolidada da Administração Central Tibetana de manter uma comunicação e divulgação internacional intensa, já que essas relatadas evidências seriam cruciais para a estratégia de buscar apoio internacional constantemente, porém também não encontrei nenhuma indicação que qualquer um desses supostos materiais teria sido divulgado na imprensa internacional ou demonstrado em exposições ao redor do mundo, o que seria perfeitamente possível considerando os contatos extensos da ACT e do Dalai Lama.

Considerando não só o que foi relatado, mas o meio pelo qual foi relatado, ou seja, a autobiografia, um gênero literário bastante popular, ainda mais quando se trata de uma figura famosa como o Dalai Lama, e sendo uma autobiografia escrita originalmente em inglês e publicada

por uma editora inglesa, é possível intuir que esse livro foi escrito na intenção de que seu conteúdo tivesse amplo alcance, junto das visões políticas nele presentes. Uma autobiografia não tem o compromisso historiográfico que um artigo científico tem, portanto não existe a exigência de se trazer uma bibliografia e materiais fonte que possam embasar aquilo que é escrito, portanto não é compromisso de Tenzin Gyatso trazer evidências comprobatórias de suas alegações. No entanto, considerando novamente que esta é uma obra pensada para ser de fácil acesso, escrito num gênero popular, numa língua falada por bilhões de pessoas e dominante no cenário internacional, inclusive nos âmbitos diplomático e acadêmico e inserida em uma realidade geopolítica onde os Estados Unidos são a potência dominante e que promoveu e, ainda promove políticas de desinformação e demonização de pessoas, organizações e países socialistas/comunistas, aliado a uma construção sociocultural nos países “ocidentais” que coloca o “Oriente” enquanto atrasado, violento e tirânico por natureza (concepções expressadas na intelectualidade, na política e na cultura de formas tanto explícitas quanto implícitas). Juntos, esses fatores promovem um entendimento superficial e estereotipado de sociedades e culturas identificadas como pertencentes ao oriente (como a China), é bastante pertinente como um elemento de uma estratégia de oposicionismo da Administração Central Tibetana e seus simpatizantes em relação à República Popular da China e ao socialismo com características chinesas, que esse tipo de informação alarmante, mas pouco embasada seja colocada nas folhas desse livro.

As tentativas de reaproximação do governo no exílio e do governo chinês fracassaram ao final, pois as propostas feitas pela ACT, como o Plano dos Cinco Pontos, que previa uma desmilitarização do Tibete, recrudescimento da política de industrialização, recuo nos investimentos de infraestrutura de transporte e energia, criação de uma extensa reserva natural e abertura e encorajamento da instalação de organizações internacionais no Tibete, foram veementemente rechaçadas pelo governo da República Popular que percebe o Tibete como uma região vital para sua estratégia de defesa nacional e para a integração macroeconômica intrarregional da China, que entre os anos 1980 e 1990, focava na expansão industrial, tecnológica e infraestrutural para forjar uma economia de nível global em detrimento de políticas ambientais²⁵ (uma dicotomia que foi revisada só recentemente). Além da questão econômica, no âmbito das políticas internacionais e da influência de outros países nas suas questões internas, a China sempre foi muito hostil a qualquer interferência externa por um medo (historicamente justificável, mesmo que se questione os métodos) de que os países capitalistas promovam dissenso entre a população chinesa e incentivem revoltas ou golpes contra o regime socialista, o que aconteceu de forma bastante evidente após a Revolução Bolchevique, mas também com países que não são socialistas, como o autogolpe promovido pelo Xá Mohammad Reza Pahlevi no Irã contra o governo eleito de Mohammed Mossadegh em 1953, com apoio comprovado da CIA, ou as diversas tentativas de derrubar Fidel Castro e o Partido Comunista de Cuba, ou o golpe contra Thomas Sankara (1949-1987) no Burkina

Faso (1987) que contou com apoio da França, ou mais recentemente a queda de Muammar al-Gaddafi (1969-2011) com a Guerra Civil Líbia, que contou com intervenção franco-britânica e permanece sem conclusão. Soma-se a isso, toda sorte de intervenções bem ou mau sucedidas promovidas pelas “potências ocidentais”, seja de forma direta ou indireta, em países do Sul Global, ou até da Europa Oriental, como a dissolução da Iugoslávia (1991- 1992), que sofreu uma pesada intervenção da OTAN.

²⁵ Sendo justa, quando se fala de políticas desenvolvimentistas, a inclusão da preservação ambiental como política não só de bem estar e de preservação de biomas e espécies, mas também como política econômica, onde a ecologia serve a propósitos macroeconômicos é bastante recente, portanto a noção de desenvolvimento versus natureza foi bastante prevalente nas doutrinas econômicas desenvolvimentistas até uma década atrás, sendo encontrada no pensamento econômico até os dias atuais, o que não isenta os governos pelos danos ambientais, mas explica certas medidas.

Esses fatores tornaram impossível dar continuidade às negociações. Do lado do Dalai Lama e da ACT este encerramento não foi um grande problema, já que a estratégia do governo no exílio sempre foi priorizar a comunicação com a comunidade internacional e não com a República Popular da China, buscando sempre atender suas demandas através de pressão externa em detrimento de uma política de reaproximação gradual.

3.3.3. Atuação internacional da ACT e do Dalai Lama no Ocidente e a estratégia multifacetada anti-China dos Estados Unidos

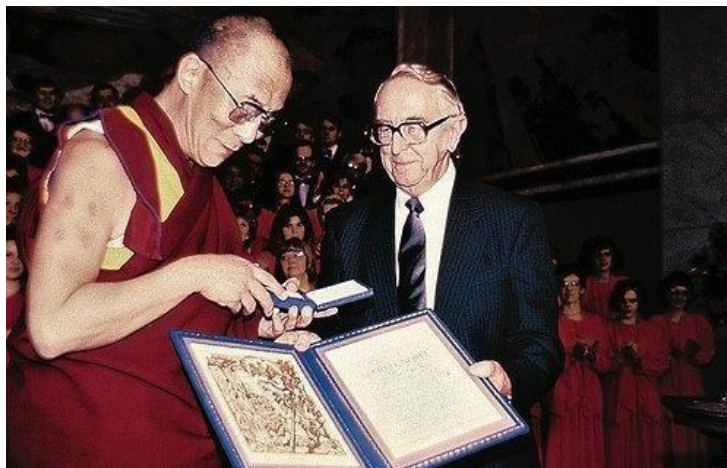
Por décadas o Dalai Lama tem se dedicado a estratégia de comunicação política do governo no exílio, tendo ganhado notoriedade com a imagem de guru espiritual, defensor dos direitos humanos e combatente da opressão (ao menos essa é a imagem geral do Dalai Lama no senso comum ocidental), uma imagem muito bem recebida no ocidente e que se aproveita de estereótipos orientalistas em relações a monges budistas, que ao mesmo tempo que é positiva, também é muito superficial, descolada de qualquer complexidade e se ancorando no desconhecimento quase que geral da maioria das pessoas comuns dos países ocidentais sobre as ordens budistas, suas doutrinas, hierarquias e organização internas e principalmente, descartando sequer a possibilidade de um monge budista ser também um agente político e que as diferentes ordens de diferentes países também possuem agendas políticas, o que é muito distante para sociedades onde as religiões “orientais” são minoritárias e que em muitos casos (mas não todos), passaram por uma mercantilização e pasteurização fruto do processo de globalização.

No caso do Dalai Lama esse efeito pode ser observado em relação a quase completa ignorância da posição política do mesmo no Tibete antes de 1950 e de que em torno dessa posição existia um sistema político-econômico e uma hierarquia social umbilicalmente atrelada a sua

liderança e de seus predecessores. Também se perde a ideologia de sua mensagem e de seus discursos. Imediatamente após o estabelecimento da Administração Central Tibetana, o Dalai Lama e seus ministros aplicaram reformas a forma de governo tradicional do Tibete (o que acredito que seja mais simples de se fazer quando não se tem mais um Estado de fato para se governar), aplicando noções liberais de democracia, como uma constituição, separação dos poderes em um judiciário autônomo, um parlamento e um executivo eleitos e eleições periódicas. A junção da estratégia de atuação internacional da ACT, adoção de uma democracia liberal interna no governo no exílio, defesa de valores fundamentais do liberalismo e do pacifismo, com o trabalho da imagem do Dalai Lama que instrumentaliza elementos orientalistas presentes nas culturas ocidentais, permitem que o Dalai Lama e por consequência a Administração Central Tibetana, consigam adentrar espaços de fala, de prestígio e de poder decisório importantes nos países do Ocidente, como o Parlamento Europeu e o Congresso

dos Estados Unidos (dois colegiados onde o Dalai Lama já discursou), ou na Academia do Nobel (o Dalai Lama recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1989), ou até em espaços dos países na esfera de influência das potências ocidentais, como a Universidade Federal de Brasília, onde em 1999, o Dalai Lama ganhou o título de Doutor Honoris Causa.

Figura 9: O Dalai Lama recebe o Prêmio Nobel da Paz, Oslo, 10 de dezembro de 1989



Fonte: Saint Martin Post

Disponível em: <<https://saintmartinpost.wordpress.com/2014/10/29/il-nobel-al-dalai-lama/>>. Acesso: 26/08/2023

Figura 10: Em 1999, Tenzin Gyatso tornou-se Doutor Honoris Causa pela UnB



Fonte: Arquivo Central UnB,

Disponível em: <<https://unb.br/a-unb/titulos-e-condecoracoes>>. Acesso: 28/08/2023

O maior parceiro estratégico da ACT sem sombra de dúvida são os Estados Unidos (independente do presidente da vez ser Democrata ou Republicano), que tem mantido uma relação de apoio mútuo, mas desbalanceado com o governo no exílio tibetano ao longo de décadas.

Após minhas visitas aos Estados Unidos em 1979, 1981 e 1984, muitas pessoas daquele país expressaram um desejo de fazer algo pelo Tibete. Como resultado direto disso, em julho de 1985, noventa e um membros do Congresso dos EUA assinaram uma carta endereçada ao então presidente da Assembléia Popular em Pequim, Li Xiannian, expressando apoio a conversações diretas entre o governo chinês e meus representantes.

[...] Pela primeira vez, o Tibete tinha apoio político formal - algo que tomei como um sinal de encorajamento, de que a justiça de nossa causa estava finalmente começando a ser reconhecida internacionalmente. Evidência disto foi uma onda de interesse em outros países, que começaram a tomar passos semelhantes. (GYATSO, 1990, p.247)

Do lado tibetano, manter relações com os EUA (e outras potências ocidentais) é o que abre portas para que o Dalai Lama e seus partidários possam atuar de forma efetiva no cenário internacional e oferecendo recursos financeiros para a continuidade dessas atividades (em 2020 o governo Trump liberou \$9 milhões de dólares para as comunidades tibetanas na Índia e no Nepal), apesar dos Estados Unidos não reconhecer o Tibete como independente (a própria ACT nega reivindicar independência), portanto não reconhecendo o status oficial de “governo no exílio” da ACT, mas apesar disso, o Dalai Lama já foi recebido na Casa Branca para visitas oficiais, como em 2016, quando foi recebido pelo presidente Obama. Os Estados Unidos oficializou seu apoio institucional com medidas legislativas como o *Tibetan Policy Act 2002* (aprovada no governo Bush Filho), que define as diretrizes da política internacional estadunidense em relação ao Tibete, sob um pressuposto de incentivar a retomada das negociações entre Pequim e o Dalai Lama (o líder tibetano é especificamente citado no texto da legislação, e não a Administração Central Tibetana), demonstrando uma estratégia de jogo duplo dos governos estadunidenses, que avalizam a presença da ACT no cenário político internacional, mas mantém relações diplomáticas oficiais com a República Popular da China, seu maior parceiro econômico e principal concorrente geopolítico.

Citando o *Council on Foreign Relations*: “Os Estados Unidos e a China tem uma das mais complexas e importantes relações bilaterais do mundo. Desde 1949, os países experienciaram períodos tanto de tensão quanto de cooperação, incluindo em assuntos como comércio, mudança climática e Taiwan”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos apoiaram a resistência do Kuomintang contra o império japonês, e após a derrota do Japão (ratificada pela queda de duas bombas atômicas em dois territórios civis) e a vitória comunista na Guerra Civil Chinesa em 1949, os estadunidenses continuaram a reconhecer o governo nacionalista e a República da China (Taiwan) como o legítimo Estado chinês.

As tensões entre ambos os países aumentaram com a Guerra da Coreia (1950), com a China apoiando os comunistas norte-coreanos e os Estados Unidos apoiando o sul capitalista, conflito que chegou a um impasse que originou o armistício de 1953, mas que nunca foi de fato encerrado.²⁶ Durante muitas décadas as tensões geopolíticas entre ambos os países se materializaram no Estreito de Taiwan, considerada uma província rebelde pela China Popular e a única China legítima por outros, desacordo aproveitado pelos EUA para estabelecer uma pesada influência sobre a ilha de Taiwan, o que já levou a marinha estadunidense a enviar seus navios para o estreito, a fronteira marítima entre a China continental e Taiwan, como aconteceu em 1959.

Enquanto isso, no lado chinês, as tensões também cresciam entre a China popular e seu principal aliado, a União Soviética, sobre conflitos de fronteira, de modelo de desenvolvimento socioeconômico e também ideológico, principalmente após a ascensão de Khrushchev como líder do Partido Comunista da União Soviética e sua denúncia pública do stalinismo.²⁷

Nos anos 1970, China e Estados Unidos começam a se reaproximar no que ficou conhecida como “a diplomacia do ping-pong”, pois o governo chinês fez um gesto diplomático ao convidar membros da seleção nacional de ping-pong dos EUA para visitar a China em 1971. Naquele mesmo ano a Assembléia Geral da Nações Unidas passou a Resolução 2758 que reconheceu a República Popular da China como a “única China” em todas as instâncias e órgãos da ONU, incluindo a cadeira permanente no Conselho de Segurança, que confere à China socialista poder de veto no conselho. Em 1979 o presidente estadunidense Jimmy Carter adota a política de Uma China, reconhecendo a legitimidade da República Popular em detrimento de Taiwan, ao mesmo tempo que o Congresso dos EUA passava o Taiwan Relations Act, que dá respaldo legal para a continuidade das relações entre Washington e Taipé, enquanto empresas e empresários estadunidenses investiam (e ainda investem) em empresas da China continental graças às reformas econômicas promovidas por Deng Xiaoping.

A relação sino-estadunidense nunca se normalizou completamente, o que é perfeitamente intencional, pois como foi citado anteriormente, a China é a principal rival geopolítica dos Estados Unidos. Após a queda da União Soviética, os EUA estabeleceu uma era de supremacia quase incontestável enquanto a maior potência econômica e militar do mundo, expandindo sua influência pelos antigos territórios soviéticos, com a reunificação alemã aos moldes capitalistas, pela absorção da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) pela República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), as independências de várias antigas repúblicas soviéticas que se tornaram países capitalistas, incluindo a Ucrânia e a própria Rússia (altamente alinhada com os estadunidenses no governo Yeltsin), o fim de regimes comunistas vizinhos, como o da Hungria em 1989 e a dissolução de países socialistas como a Tchecoslováquia (no Divórcio de Veludo em 1992) e da

²⁶ Até hoje tropas estadunidenses estão estacionadas no lado sul da península coreana. As forças armadas estadunidenses e sul coreanas possuem um centro de comando militar integrado e soldados sul coreanos são cedidos para atuar no exército estadunidense permanentemente estacionado na República da Coreia.

²⁷ Para um olhar mais aprofundado sobre as relações sino-estadunidenses e sino-soviéticas, recomendo a leitura de *Sobre a China* de Henry Kissinger

Iugoslávia (na guerra inter-étnica entre 1991 e 1992), enquanto o dólar estadunidense se tornava hegemônico no mundo todo nas transações comerciais internacionais e a dolarização de países como a Argentina em 1990, e do Equador, que adotou o dólar como moeda oficial em 2000.

No entanto, apesar da evidente dominância global dos Estados Unidos, a China vem apresentando um crescimento econômico consistente durante décadas, tendo se tornado a segunda maior economia do mundo, fazendo o comércio de produtos de valor agregado com o mundo todo e expandido sua influência política, principalmente no Sul Global, aumentando sua presença no continente africano e fundando em conjunto com outros países emergentes um bloco econômico, o BRICS, que conta com sua própria instituição financeira (o Novo Banco de Desenvolvimento) voltado para emprestar dinheiro para os países em desenvolvimento, sem impor condições como faz o FMI, famoso por exigir em contrapartida, a adoção de medidas econômicas liberais de seus devedores, bloco esse que está em pleno processo de expansão²⁸ e que cresce junto às novas políticas que buscam fugir dessa hegemonia do dólar, como por exemplo, o uso de moedas nativas nas transações comerciais, como foi acordado entre os governos brasileiro e chinês em 2023, que agora vão poder comprar e vender em real e *renminbi* (a moeda oficial da China) sem impedimentos²⁹.

Diante do que ameaça se tornar uma nova configuração global multipolar, os Estados Unidos tem respondido de forma bastante negativa, desconforto demonstrado com a guerra comercial perpetrada pelo governo Trump contra a China e a presença constante de navios estadunidenses no Estreito de Taiwan. Citando uma reportagem do *South China Morning Post*: “Em 03 de junho, um navio de guerra do Exército de Libertação Popular chegou a 137 metros de um destroyer estadunidense durante uma operação conjunta entre Canada e EUA pelo Estreito de Taiwan, disse o Pentágono” (SOUTH CHINA MORNING POST, 2023)³⁰. A China acusa os Estados Unidos de provocação deliberada, enquanto os estadunidenses alegam que sua presença no estreito é legal de acordo com as leis internacionais.

²⁸ Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nznly5o#:~:text=Ar%C3%A1bia%20Saudita%2C%20Emirados%20%C3%81rabes%20Unidos,bloco%2C%20que%20acontece%20em%20Joanesburgo>>. Acesso: 23 de agosto de 2023

²⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/29/bancos-centrais-de-brasil-e-china-firmam-acordo-para-conversao-direta-das-moedas-dos-dois-paises-em-operacao-comerciais.ghtml>>. Acesso: 09 de agosto de 2023

³⁰ Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/military/article/3223278/us-accused-using-international-law-provoke-china-after-latest-taiwan-strait-incident>>. Acesso: 09 de agosto de 2023

Os Estados Unidos também tem se engajado em uma campanha contra supostas violações de direitos humanos na Região Autônoma de Xinjiang, uma província de maioria étnica uighur vizinha ao Tibete. Em 2021 o Congresso estadunidense passou o Uyghur Forced Labor Prevention Act (UFLPA), que considera a importação de produtos minerados, produzidos ou manufaturados em Xinjiang uma violação da UFLPA sob *rebuttable presumption* (presunção refutável), um princípio legal que coloca o ônus da prova sobre o acusado e não sobre o acusador em um processo civil, pois se presume que “algo seja verdade ao menos que se prove o contrário”³¹. Segundo o texto do UFLPA, a implementação da lei foi baseada numa ouvidoria conduzida pela Forced Labour Enforcement Task Force (FLETF) que discutiu os riscos de se importar produtos de Xinjiang, quais setores produtivos seriam prioritários e as medidas que seriam tomadas para melhor identificar as cadeias de produção ligadas à Xinjiang, onde também foram reunidos testemunhos verbais e escritos de indivíduos e sociedade civil sobre as condições de trabalho na Região Autônoma que foram, segundo o texto da lei, consideradas na formulação dessa estratégia, mas as organizações que participaram da ouvidoria não foram listadas e nem seus representantes.

O texto do UFLPA também acusa explicitamente a República Popular da China de cometer “genocídio e crimes contra a humanidade”, ao estabelecer “trabalho forçado patrocinado pelo Estado” e “subjulgar e explorar populações minoritárias em campos de internação” como parte de “programas de alívio da pobreza para explorá-los (uigures e outras minorias muçulmanas) para o trabalho forçado”. A legislação considerada indicativos de trabalho forçado “intimidação e ameaças”, “abuso de vulnerabilidade” e “restrição do direito de ir e vir”, mas a evidência apresentada para embasar essas acusações consiste em uma única foto:

Figura 11: Fotos do progresso da construção do suposto campo de trabalhos forçados



Fonte: Strategy to Prevent the Importation of Goods Mined, Produced, or Manufactured with Forced Labor in the People's Republic of China; US Department of Homeland Security.³²

³¹ Lion Legal, escritório de advocacia do estado do Arkansas (EUA). Disponível em: <<https://lionlegalservices.com/what-is-a-rebuttable-presumption/>>. Acesso: 09 de agosto de 2023

³² Disponível em: <<https://www.dhs.gov/uflpa-strategy>>. Acesso: 09 de agosto de 2023

Autoridades de Xinjiang acusam os Estados Unidos de “usar a região para conter a China” e o Partido Comunista anunciou que “medidas diplomáticas serão tomadas para combater as sanções ocidentais”.

Diante desses fatos é possível observar a existência de uma estratégia multifacetada de oposição dos Estados Unidos ao protagonismo global chinês e os avanços rumo a criação de um sistema global multipolar, onde o alinhamento com o Dalai Lama e a ACT faz o papel de uma faceta secundária dessa estratégia de enfraquecimento e descredibilização da China no cenário mundial.

3. Considerações finais

Por se tratar de uma monografia cuja principal fonte é uma autobiografia, as preocupações expressadas por Bourdieu no capítulo “A ilusão biográfica” são o norte desta pesquisa, pois como é comum a toda análise historiográfica documental hoje em dia, a crítica a intencionalidade dos escritos é o princípio indispensável a ciência histórica, que deve ser reforçado ao se utilizar uma fonte biográfica, pela tendência dessas fontes de distorcer o tempo e a ordem dos acontecimentos narrados em prol de uma perspectiva mais narrativa, que se soma a uma falta de necessidade das biografias (e autobiografias) de trazer indícios e evidências históricas para embasar suas afirmações (afinal, este não é o propósito das biografias), sendo essas duas características a origem da escolha dessa obra (*Freedom in Exile*) como fonte a ser inquirida, pois observo que as palavras do Dalai Lama alcançam mais ouvidos ao redor do mundo, até quando o mesmo, mais discursiva do que comprova o que fala.

Através do método da micro história foi possível analisar os relatos autobiográficos de Tenzin Gyatso por um olhar crítico, ampliando a análise para os contextos históricos, sociais e políticos da sociedade tibetana, para o sistema de divisão de classes e de exploração do trabalho, possibilitando o reconhecimento das agendas políticas e dos interesses de classe do Dalai Lama e dos demais agentes históricos presentes no recorte temporal analisado, método que Jacques Revel e seus co-autores nomearam de jogo de escalas. Como vivemos em um mundo eurocêntrico, herdeiro das dominações europeias e sujeito a hegemonia estadunidense, Edward Said contribuiu muito para refinar o “olhar crítico” proposto na monografia, permitindo entender as representações criadas na comunicação política do império estadunidense (e as raízes dessas representações), principalmente em relação à China popular, mas também da construção de Tibete, as narrativas políticas e a imagética apresentadas pelo Dalai Lama e a ACT (e a conseguinte recepção) na mídia e nos espaços acadêmicos e de poder no Ocidente e suas periferias (como o Brasil).

Este arcabouço teórico-metodológico mencionado acima permitiu o processo de pesquisa que levou às seguintes conclusões.

O Tibete independente possuía um sistema de organização socioeconômica baseado na exploração do trabalho servil para o benefício de classes governantes aristocráticas e clericais sob um regime de monarquia teocrática. Após a tomada do Tibete em 1959 pelo Exército de Libertação Popular chinês, o Dalai Lama (recém empossado de seus plenos poderes) conseguiu manter por alguns anos uma colaboração política com o Governo Central da China sob o entendimento de que reformas sociais e econômicas eram necessárias para garantir o futuro do Tibete e inevitáveis diante da conjuntura política, adotando portanto um modelo de reformismo moderado e gradual, de acordo com a visão preponderante das lideranças centrais chinesas em contradição com a natureza, profundidade e velocidade das mudanças adotadas no restante da China. Conformes as contradições desse reformismo moderado foram se acirrando em conjunto com os levantes civis de natureza conservadora e independentista, a abordagem gradualista perdeu força e condições conjunturais de se concretizar, sendo substituída por uma estratégia radicalista que não tolerava a continuidade das hierarquias sociais e das dinâmicas de poder, propriedade e trabalho, pois se baseada no princípio marxista da revolução proletária, que determina a sublevação das classes trabalhadoras subordinadas contra as classes dominantes. Esse processo foi liderado por um partido representante dessas classes, que nessa configuração é o Partido Comunista da China, que se torna, primeiramente através do seu braço armado (o Exército de Libertação Popular), o polo central de poder no Tibete que, após o escalonamento dos levantes, para de colaborar com o polo secundário de poder, o governo tibetano liderado pelo Dalai Lama, e portanto, rompe com os interesses de classe que esse governo tibetano representava (e das quais seus membros faziam parte), os interesses da aristocracia e do clero budista que apenas tolerariam reformas que não ameaçassem a sua posição social dominante (em similaridade com a reformas da Era Meiji no Japão, que modernizaram o país e reforçaram a hierarquização social sob um novo modelo ocidentalizado³³). Ao não ser capaz de defender esses interesses de classe por dentro do Estado chinês, o Dalai Lama rompe com a República Popular da China e estabelece um governo no exílio, se aproximando dos princípios da democracia-liberal (modelo social que comporta a existência de classes dominantes, não como contradição, mas como um advento natural de sistemas atrelados ao modelo capitalista de sociedade) e elaborando uma estratégia oposicionista ao socialismo chinês que aproximou o Dalai Lama e a Administração Central Tibetana dos países ocidentais, permitindo um alinhamento do Dalai Lama e do governo no exílio junto as estratégias mais robustas, complexas e abrangentes de política internacional de potências globais, como os Estados Unidos da América, voltadas à se opor ao crescimento da influência econômica e política da República Popular

³³ A Era Meiji (1869-1912) foram os anos de reinado do imperador Meiji, caracterizados pelas reformas sociais e político-econômicas que transformaram o Japão em um Estado constitucional de economia capitalista.

da China e a posição que a China socialista representa na ascensão do Sul Global e na construção de um mundo multipolar.

Faço um adendo para comentar que o interesse em relação a algumas políticas da República Popular da China, como as políticas de industrialização e suas consequências, a política de assentar populações de etnia han em territórios de minorias étnicas, as relações de trabalho entre as etnias minoritárias são válidos. O Dalai Lama mesmo na autobiografia levanta questionamentos sobre essas mesmas medidas, porém não é possível estabelecer pontes de diálogo com o governo responsável pelas mesmas, se utilizando somente de linguagem acusatória, que também é reproduzida pelos regimes ocidentais, sendo o mais vocal deles os Estados Unidos, , deixando de lado relações que poderiam ser construtivas e que priorizasse o bem estar comum para dar prioridade a defesa de seus próprios interesses (manter sua hegemonia). Pode-se acusar a China de ser um regime fechado e pouco transparente, mas se não forem levadas em conta as razões para essa atitude, ou seja, a desconfiança criada pelos países ocidentais junto ao Sul Global por conta do histórico intervencionista, apontar o isolacionismo chinês se torna apenas retórica, propaganda política para alimentar um sentimento anti-chinês que tem reverberações graves até mesmos no território dos Estados Unidos, como vimos pela onda de agressões contra imigrantes e descendentes de chineses que aconteceu nessa década de 20. Ao fim de tudo, a possibilidade de estabelecer vínculos acadêmicos que permitam o acesso de cientistas estrangeiros à China para estudar com seus próprios olhos os efeitos concretos das políticas que são alardeadas como fonte de preocupação, se torna distante, e a troca de conhecimentos que poderia ser muito positiva, não acontece e o discurso de senso comum de que a China é uma violadora serial de direitos humanos prevalece. Assim, é como se todo um pedaço do globo, bilhões de vidas humanas fossem encobertas por uma névoa que nos impossibilita de enxergá-los pelo que são, como pessoas comuns, vivendo vidas como qualquer outra, dotadas de subjetividade e possuidoras de agência histórica, pessoas que formam uma sociedade complexa como qualquer outra e que deve ser conhecida para além de seus estereótipos.

Tenho certeza de que vamos acompanhar o crescimento da China enquanto um assunto de interesse científico ao redor do mundo e os desdobramentos da diplomacia em relação ao Tibete. Fica para o futuro o questionamento de se o Dalai Lama e a ACT vão continuar mantendo a mesma influência que mantiveram nas últimas décadas, algo posto em questionamento não só pela idade avançada de Tenzin Gyatso, como também pela descridibilização de sua imagem com as acusações recentes de assediar sexualmente uma criança em público (o que a ACT nega veementemente), corroboradas por imagens vazadas. Pode a Administração Central Tibetana manter sua influência junto aos países ocidentais sem a figura do Dalai Lama? A estratégia diplomática dos EUA para com a China seguirá nessa mesma linha? Só nos resta esperar para saber.

4. Referências:

4.1. Fontes:

Congresso dos Estados Unidos da América: Uyghur Forced Labour Prevention Act - H.R.1155 — 117th Congress (2021-2022). Washington D.C, 22 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/1155/text>. Acesso: julho de 2023

Departamento de Estado dos Estados Unidos da América: *Tibetan Policy Act of 2002*. Washington D.C, 16 de maio de 2003. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/p/eap/rls/rpt/20699.htm>. Acesso: julho de 2023

Governo Popular Central da República da China: *Agreement on Measures for the Peaceful Liberation of Tibet (17-point agreement)*. Pequim, 23 de Maio de 1951. Disponível em: <https://www.tibetjustice.org/materials/china/china3.html>. Acesso: julho de 2023

GYATSO, Tenzin. *Freedom in Exile: The Autobiography of the Dalai Lama. Chapter 3 - Invasion: The Storm Breaks; Chapter 5 - In Communist China; Chapter 6 - Mr.Nehru Regrets; Chapter 13 - The News from Tibet*. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: Hodder & Stoughton Ltd, 1990.

4.2. Bibliografia (livros, artigos, dissertações e teses)

2758 (XXVI). *Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations*. UN. General Assembly (26th sess. : 1971). 22 de dezembro de 1971. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/192054>. Acesso: agosto de 2023

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 8º edição. BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

Bill Clinton, Boris Yeltsin, and U.S.-Russian Relations. Milestones, Office of the Historian, US Department of State. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1993-2000/clinton-yeltsin>. Acesso: agosto de 2023.

CHEN, Jerome; *The Communist Movement 1927-1937*; FAIRBANK, John K; FEUERWERKER, Albert; TWITCHETT, Denis. *The Cambridge History of China, Vol.13: Republican China 1912-1949, parte 2*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2008.

DA CRUZ, Rosana Evangelista. *Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?*. Editorial: BENCOSTTA, Marcus Levy. *Educar em Revista, Vol.19, n.22, p.51-75*. Curitiba: Editora UFPR, 2003

FANG, Tien Sze. *The Asymmetrical Threat Perceptions in China-India Relations after the 1998 Nuclear Tests*. Londres, Reino Unido: ProQuest LLC, 2014.

German Reunification. OTAN, 01 de 1990. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_136311.htm. Acesso: agosto de 2023

GINZBURG, Carlo. CASTELNUOVO, Enrico. PONI, Carlo. *A Microhistória e Outros Ensaios*. Tradução: NARINO, Antonio. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

GOLDSTEIN, Melvyn C. *A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State*. Los Angeles, E.U.A: University of California Press, 1992.

GOLDSTEIN, Melvyn C. *A History of Modern Tibet, The Calm before the Storm: 1951–1955*. Los Angeles, E.U.A: University of California Press, 2007.

GOLDSTEIN, Melvyn C. *A History of Modern Tibet, The Storm Clouds Descend: 1955–1957*. Los Angeles, E.U.A: University of California Press, 2014.

GOLDSTEIN, Melvyn C. *A History of Modern Tibet, In the Eye of the Storm: 1957–1959*. Los Angeles, E.U.A: University of California Press, 2019.

GOLDSTEIN, Melvyn C. *Ethnogenesis and Resource Competition among Tibetan Refugees in South India: A New Face to the Indo-Tibetan Interface*. FISHER, James F. *Himalayan Anthropology: The Indo-Tibetan Interface*. Haia, Países Baixos: Mouton Publishers, 1978.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Tradução: LEITE, Cássio de Arantes. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2011.

KONIN, Adrian. *Buddhism and Transgression: The Appropriation of Buddhism in the Contemporary West*. Países Baixos: BRILL, 2009.

KUZMIN, Sergius L. *Hidden Tibet: History of Independence and Occupation*. Tradução: BENNETT. Dmitry. Dharamsala, Republica da Índia: Library of Tibetan Works and Archives, 2010.

MAWDSLEY, Evan. *The Russian Civil War*. Edimburgo, Reino Unido: Birlinn Limited, 2008.

NORBU, Dawa. *China's Tibet Policy*. Richmond, E.U.A: Curzon Press, 2001.

PARENT, Michael. *Feudalismo cordial? O mito do Tibete*. Lavra Palavra. Disponível em: <<https://lavrpalavra.com/2021/02/01/feudalismo-cordial-o-mito-do-tibete/>>

PATTENDEN, Miles. *Electing the Pope in Early Modern Italy, 1450-1700*. Reino Unido: Oxford University Press, 2017.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: A Experiência da Microanálise*. 1ª edição. Tradução: ROCHA, Dora. LORIGA, Sabina. *A Biografia Como Problema*. GRENDI, Edoardo. *Repensar a Microhistória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROBB, Peter. *The Colonial State and Constructions of Indian Identity: An Example on the Northeast Frontier in the 1880s*. Modern Asian Studies, Vol.31, 2ª edição, p.245-283. Cambridge Journals, Reino Unido, 1997

SAID, Edward. *Orientalismo - O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007

SCHERER, André Luis F. *A Nova Estratégia de Projeção Geoeconômica Chinesa e a Economia Brasileira*. Organizadores: NETO, Walter Antonio D. FLORENCIO, Sérgio Abreu e Lima. JUNIOR, Haroldo R. FILHO, Edson B. da Silva. *Política Externa Brasileira em Debate: Dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: IPEA, 2018

4.3. Reportagens e notícias

BLACK, Ian. PIDD, Helen. *Libya strategy splits Britain and France*. The Guardian, 15 de abril de 2011. Disponível em: <https://amp.theguardian.com/world/2011/apr/15/libya-britain-france-un-resolution>. Acesso: agosto de 2023

BRIDGE, Adrian. *Tchecos e eslovacos lamentam o 'divórcio de veludo' há um ano*. Folha de São Paulo, 02 de janeiro de 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/02/mundo/12.html>. Acesso: agosto de 2023

DEEKSHA, Johanna. *Arrested during Xi's visit, Tibetan activist Tenzin Tsundue has been jailed 16 times. Here's why*. The New Indian Express, 21 de outubro de 2019. Disponível em: <https://www.edexlive.com/news/2019/oct/21/arrested-during-xis-visit-tibetan-activist-tenzin-tsundue-has-been-jailed-16-times-heres-why-8733.html>. Acesso: julho de 2023

GRIFFITHS, James. GUPTA, Swati. WESTCOTT, Ben. PICHETA, Rob. *Twenty indian soldiers dead after clash with China along disputed border*. CNN, 17 de junho de 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/06/16/asia/china-india-border-clash-intl-hnk/index.html>. Acesso: julho de 2023

JAIN, Rupam. *India, with eye on China ties, bans Tibetans rally in New Delhi*. Reuters, 7 de março de 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-india-china-tibet/india-with-eye-on-china-ties-bans-tibetans-from-holding-new-delhi-rally-idUSKCN1GJ1HP>. Acesso: julho de 2023

Il Nobel al Dalai Lama. Saint Martin Post, 29 de outubro de 2014. Disponível em: <https://saintmartinpost.wordpress.com/2014/10/29/il-nobel-al-dalai-lama/>. Acesso: agosto de 2023

Leste da Europa e sua transformação após a Queda do Muro de Berlim. Istoé Dinheiro, 08 de novembro de 2019. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/leste-da-europa-e-sua-transformacao-apos-a-queda-do-muro-de-berlim-2/>. Acesso: agosto de 2023

Lybia: US, UK and France attack Gaddafi forces. BBC News, 19 de março de 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-12796972.amp>. Acesso: agosto de 2023

MARTELLO, Alexandro. *Bancos centrais de Brasil e China firmam acordo para conversão direta das moedas dos dois países em operações comerciais*. G1, 29 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/29/bancos-centrais-de-brasil-e-china-firmam-acordo-para-conversao-direta-das-moedas-dos-dois-paises-em-operacao-comerciais.ghtml>. Acesso: agosto de 2023

MYCROFT, Connor. *US accused of using international law to provoke China after latest Taiwan Strait incident*. South China Morning Post, 7 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3223278/us-accused-using-international-law-provoke-china-after-latest-taiwan-strait-incident>. Acesso: julho de 2023

US Congress sanctions \$9 million fund for strengthening CTA and Tibetan community in exile. Central Tibetan Administration, 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://tibet.net/us-congress-sanctions-new-19-million-fund-for-diaspora-tibetan-communities/>. Acesso: julho de 2023

PRAZERES, Leandro. *Expansão do Brics: bloco anuncia 6 novos membros*. BBC, 24 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nznly5o#:~:text=Ar%C3%A1bia%20Saudita%2C%20Emirados%20%C3%81rabes%20Unidos,bloco%2C%20que%20acontece%20em%20Joanesburg>. Acesso: 26 de agosto de 2023

ZHUANG, Sylvie. *Xinjiang officials say they will fight back against Western efforts to ‘use region to contain China’*. South China Morning Post, 17 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3227990/xinjiang-officials-say-they-will-fight-back-against-western-efforts-use-region-contain-china>. Acesso: julho de 2023

4.4. Sites

<https://dalailama.com>

<https://tibet.net>

<https://savetibet.org>

<https://lionlegalservices.com/what-is-a-rebuttable-presumption/>

<https://www.dhs.gov/uflpa-strategy>

<https://www.usfk.mil/About/CFC/>

<https://www.cfr.org/timeline/us-china-relations>

<https://unb.br/a-unb/titulos-e-condecoracoes>